

relatório de  
**gestão**  
2018-2020





relatório de  
gestão  
2018-2020



## Ficha técnica

Relatório de Gestão Ajufe Biênio 2018-2020

Coordenação e edição: Priscilla Peixoto

Textos: Eduardo Gomes, Lucas Soares e Priscilla Peixoto

Projeto Gráfico e diagramação: Lucas Soares

Revisão: Eduardo Gomes

## Créditos Fotos

As fotos deste Relatório são de autoria da Assessoria de Comunicação da Ajufe, com exceção daquelas nas páginas:

- 19 – 1ª foto: Leonardo Prado (Secom/PGR)
- 22 – 1ª foto: Ascom Apajufe / 2ª foto: Ascom Ajufems / 3ª foto: Ascom INSS
- 24 – 2ª foto: Ascom Ajuris
- 38 – 3ª foto: Ascom Apajufe
- 39 – 1ª foto: Ascom TSE / 3ª foto: Ascom STJ
- 40 – 1ª foto: Ascom Apajufe / 2ª foto: Ascom TRF4 / 3ª foto: Ascom TRF5
- 41 – 1ª foto: Ascom Ajufesp
- 42 – 2ª foto: Divulgação STF / 3ª foto: Ascom Ajufesp
- 43 – 1ª foto: Ascom JFPE / 2ª foto: Ascom 9ª Vara Federal da SJAM / 3ª foto: Ascom TRF3
- 44 – 1ª foto: Ascom FJSP / 2ª e 3ª fotos: ASCOM TRF3
- 46 – 3ª foto: Ascom JFPE
- 50 – 1ª foto: Organização ABPI / 2ª foto: Organização IACA / 3ª e 4ª fotos: Organização do Consinter
- 51 – 2ª foto: Embaixada da Argentina
- 60 – 1ª foto: Alessandro Dias
- 61 – 1ª foto: Ascom Rejufe
- 64 – 1ª imagem: Ascom Ajuris
- 72 – 2ª foto: Marcelo Abrahão
- 77 – 1ª foto: Ascom STJ
- 80 – 1ª foto: Ascom STJ
- 87 – 2ª foto: Organização CESA
- 110 – Ascom CNJ

Presidente

**Fernando Marcelo Mendes**

Vice-Presidente da 1ª Região **Newton Pereira Ramos Neto**

Vice-Presidente da 2ª Região **Flávio Oliveira Lucas**

Vice-Presidente da 3ª Região **Carlos Eduardo Delgado**

Vice-Presidente da 4ª Região **Patrícia Helena Daher Lopes Panasolo**

Vice-Presidente da 5ª Região **Júlio Rodrigues Coelho Neto**

Secretário-Geral **Rodrigo Machado Coutinho**

Primeiro Secretário **Eduardo André Brandão de Brito Fernandes**

Diretor Tesoureiro **Frederico José Pinto de Azevedo**

Diretor Cultural **Ilan Presser**

Diretora de Revista **Cristina de Albuquerque Vieira**

Diretora Social **Aline Alves de Melo Miranda Araújo**

Diretora de Relações Internacionais **Clara da Mota Santos Pimenta Alves**

Diretor de Assuntos Legislativos **Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves**

Diretor de Relações Institucionais **Lincoln Rodrigues de Faria**

Diretor de Assuntos Jurídicos: **Marcelo Adriano Micheloti**

Diretor de Esportes: **Antônio José de Carvalho Araújo**

Diretora de Assuntos de Interesse de Aposentados **Vera Lucia Rocha Souza Jucovsky**

Diretor de Comunicação **Paulo André Espírito Santo Bonfadini**

Diretor Administrativo **Alexandre Berzosa Saliba**

Diretor de Tecnologia da Informação **Marcelo Velasco Nascimento Albernaz**

Coordenadora de Comissões **Regilena Emy Fukui Bolognesi**

Diretora de Prerrogativas **Monique Marchioli Leite**

Suplente **Rodrigo Pessoa Pereira da Silva**

Suplente **Rodrigo Reiff Botelho**

Suplente **Carolline Scofield Amaral**

Suplente **Richard Rodrigues Ambrosio**

Suplente **Rafael Chalegre do Rêgo Barros**

Conselho Fiscal

**Adél Américo Dias de Oliveira**

**Otávio Henrique Martins Port**

**Rodrigo Maia da Fonte**

**Leandro Cadenas Prado** (suplente)

**Antônio Henrique Correa da Silva** (suplente)

**Sílvio Coimbra Mourthé** (suplente)

Todo encerramento de gestão faz com que a Diretoria apresente um “balanço” das suas realizações nos dois anos de mandato. Este material tem essa finalidade. Por isso, não vou usar este espaço para destacar conquistas, justificar erros cometidos ou fracassos obtidos. Esse papel de avaliação crítica cabe aos associados.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer dois agradecimentos.

Começando pelos diretores e diretoras da AJUFE que aceitaram o convite para integrar a chapa “Valorização e Independência” e que, nesses dois anos (junho/2018 a junho/2020) se empenharam, muitas vezes abrindo mão do convívio familiar e sacrificando interesses pessoais, para tentar fazer o melhor possível e representar, com seriedade e responsabilidade, os interesses de nossos associados.

E, finalizando, o registro de um agradecimento especial a toda “Equipe-AJUFE”, o nosso “back-office” que há muitas gestões tem trabalhado com dedicação, profissionalismo - e eu diria mesmo com amor - pela Associação dos Juízes Federais do Brasil. Sem eles, a AJUFE não teria alcançado o nível de profissionalismo e de respeitabilidade que tem hoje no cenário nacional.

Muito obrigado a todos e a todas!

Queria também aproveitar este espaço para mais dois motivos.

Primeiro, fazer um agradecimento pessoal pela oportunidade que tive de presidir a AJUFE, algo que jamais havia passado pelos meus planos.

Depois de quase 10 anos de magistratura federal, no início de 2012, fui convidado para integrar a chapa “AJUFE no Rumo Certo” que disputaria as eleições no mês de abril daquele ano. Havia exercido, no biênio de 2006/2008, a função de delegado da associação, em São Paulo, na gestão Walter Nunes e, de certa forma, contribuído um pouco com o trabalho associativo. Mas quando fui convidado pelo Nino Toldo, então candidato a Presidente, para integrar a chapa que estava organizando, aceitei o desafio pela amizade que tinha com ele e mediante uma condição: topava participar do grupo que disputaria as eleições e estaria disposto a ajudá-lo desde que exercesse uma função interna, mais técnica, a de tesoureiro, porque

entendia que não tinha o perfil adequado para o trabalho político associativo propriamente dito.

Quase 6 anos depois, em 13 de junho de 2018, era a minha vez de assumir o cargo de Presidente da AJUFE, o que faz com que hoje me questione se realmente não tinha a vocação para a atividade política associativa e a apreendi nesse período que trabalhei com três grandes Presidentes, Nino Toldo (2012/2014), Antônio César Bochenek (2014/2106) e Roberto Veloso (2016/2018), ou se ela sempre existiu mas estava sufocada até receber aquele convite.

Na verdade, isso pouco importa agora. O fato é que nesse período de quase 10 anos de trabalho associativo, tendo exercido a Presidência da AJUFESP (2015/2017) e, na AJUFE, as funções de Delegado, Tesoureiro, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Presidente, vivi essa experiência que é certamente uma das mais importantes, desafiadoras e gratificantes na nossa carreira: atuar como representante dos juízes e juízas federais nos mais diversos fóruns do país e ter a responsabilidade de vocalizar o que pensa e o que quer a nossa classe.

Agradeço de coração essa oportunidade que a vida me concedeu e a confiança que em mim os colegas depositaram. Tentei fazer o meu melhor. Desculpo-me por eventuais erros cometidos ao longo desses anos.

O segundo motivo é reforçar a necessidade de pensarmos sobre o futuro do País e do nosso Poder Judiciário.

Como destaquei no meu discurso de encerramento de gestão, precisamos refletir sobre que tipo de sociedade queremos naquilo que virá a ser o que hoje já se denomina “o novo normal”.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil é sétimo país mais desigual do mundo e tem a segunda maior concentração de renda do planeta. A pandemia escancarou os nossos problemas sociais. É chegada a hora de corrigirmos os rumos e, democraticamente, evoluirmos como sociedade.

De um tempo para cá, o mundo vem sendo alertado de que as Democracias não mais terminam com uma ruptura violenta, um golpe militar ou uma revolução.

As democracias morrem em razão da escalada do autoritarismo e do enfraquecimento das instituições críticas, como são a imprensa e o Judiciário. Não podemos permitir isso.

Não se pode vedar a livre circulação de ideias, a liberdade de expressão e de imprensa e por isso a Constituição veda a censura prévia. Mas o exercício desses direitos constitucionais não significa a tolerância com a prática de atos criminosos ou a disseminação de notícias falsas. Ações coordenadas com a finalidade de desestabilizar o regime democrático e enfraquecer as instituições tem de ser combatidas pelos Poderes constituídos e pelos instrumentos constitucionais existentes.

Não há Estado Democrático e de Direito sem um Poder Judiciário independente. As decisões judiciais podem ser debatidas e criticadas em uma Democracia Constitucional, mas jamais descumpridas.

Os Poderes em uma República são harmônicos e independentes, convivem em um sistema de freios e contrapesos e têm seus limites definidos pela própria Constituição Federal, cabendo ao Supremo Tribunal Federal, e a mais ninguém, o papel de ser o seu guardião.

A AJUFE pode muito contribuir - e contribuirá - para uma agenda positiva para nosso país. Não há como avançarmos em um processo civilizatório sem buscarmos a igualdade social, a educação de qualidade, o desenvolvimento econômico respeitando os marcos constitucionais estabelecidos pela sociedade brasileira em 1988, pois como disse Ulisses Guimarães:

**“A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca”.**

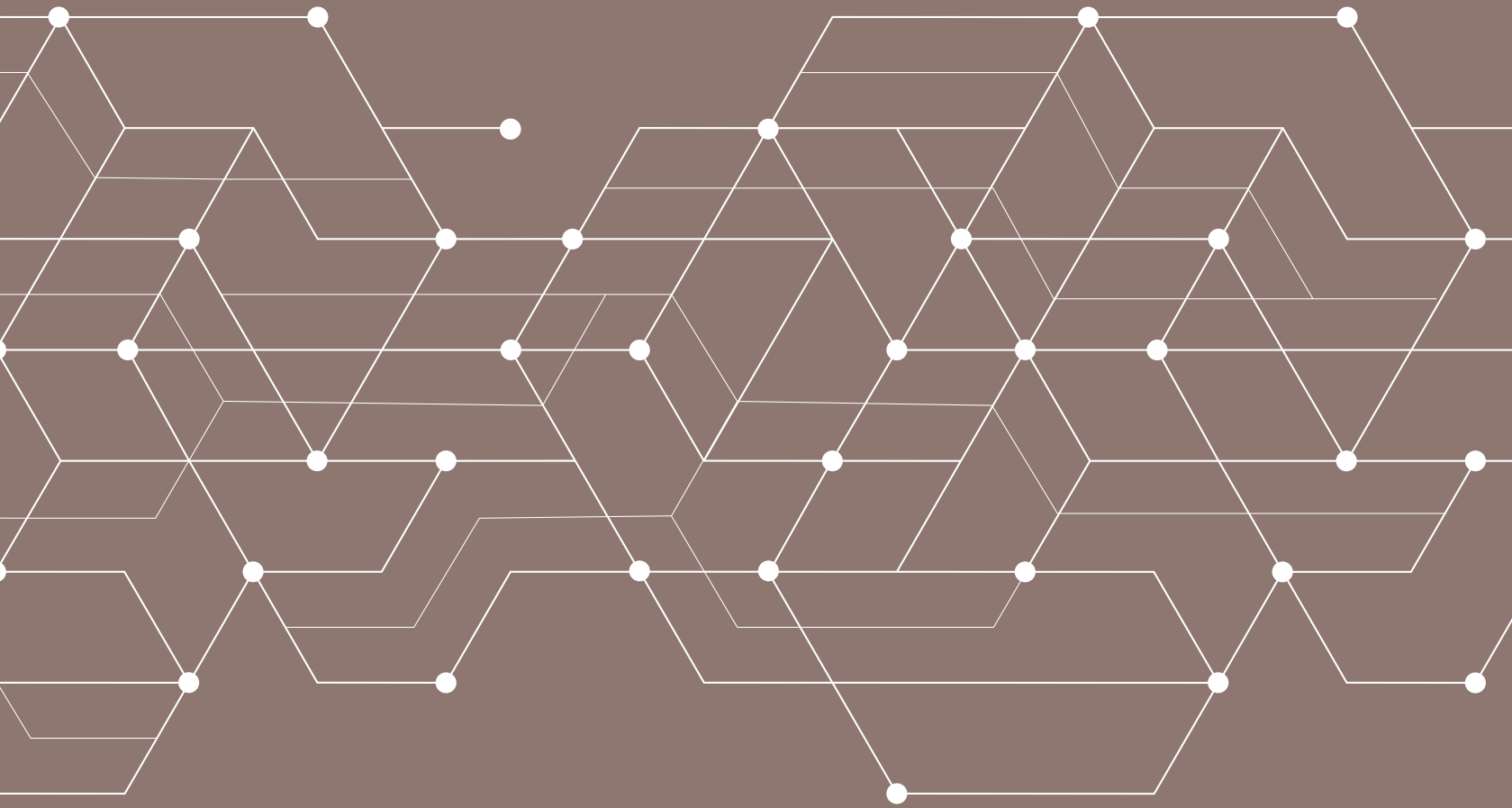
---

**Fernando Marcelo Mendes**

Presidente da Ajufe no Biênio 2018-2020



# Apresentação



Com o objetivo de prestar contas aos associados e divulgar parte das atividades desenvolvidas pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), no biênio 2018-2020, foi elaborado o Relatório da Gestão presidida pelo juiz federal Fernando Marcelo Mendes.

O documento é dividido em 10 partes e destaca as principais ações, projetos, desafios e conquistas durante o período. Logo nas primeiras páginas, o relatório trará a movimentação da Diretoria atual no tocante à **valorização da carreira**, como notas, reuniões e atos em prol da independência judicial.

O segundo capítulo destaca a **Atuação Legislativa**, fazendo um balanço dos projetos, sugestões e discussões junto ao Congresso Nacional em defesa dos interesses dos magistrados federais e também da sociedade. Na sequência, a **Atuação Jurídica** detalha os processos judiciais e administrativos, individuais e coletivos, em prol da Magistratura Federal, buscando a defesa dos direitos e prerrogativas da classe, bem como a atuação no Conselho Nacional de Justiça e no Conselho da Justiça Federal.

Nas abas **Relações Institucionais** e **Atuação Internacional**, o documento destaca as parcerias firmadas com diversos órgãos e entidades nacionais e internacionais em prol do diálogo democrático e desenvolvimento interinstitucional.

O capítulo **Direitos Humanos e Equidade de Gênero** destaca a preocupação da gestão do Biênio 2018-2020 com a democracia e as principais conquistas no que diz respeito aos Direitos Humanos e questões de gênero.

Em **Eventos e Debates** foram detalhados os principais acontecimentos no biênio, como os fóruns, seminários, audiências e discussões interessantes à Magistratura Federal e à sociedade. Com destaque para a criação do Fórum de Direitos Humanos da Ajufe, o FONADIRH, e as inúmeras Lives e Webinars criados no contexto da pandemia do novo coronavírus.

O capítulo destinado à **Coordenação de Comissões** demonstra o desenvolvimento das comissões, formadas por associados de todo o país, com o objetivo de auxiliar o trabalho da Diretoria.

Em **Comunicação**, o relatório explica as ações da Diretoria para divulgar as atividades associativas, além dos projetos que foram desenvolvidos ao longo da gestão para ampliar o canal de comunicação com os públicos interno e externo da Ajufe.

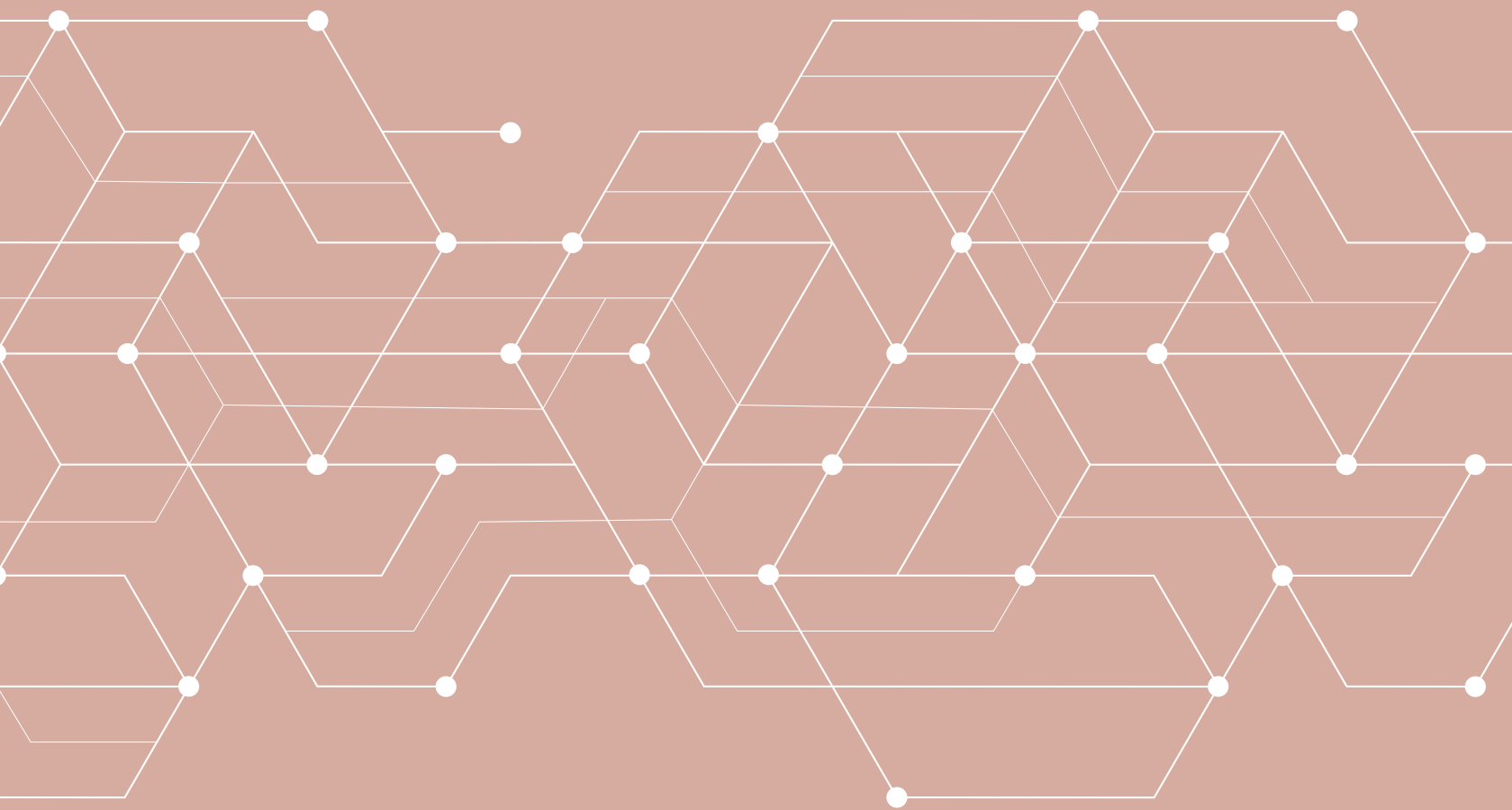
Na última parte do relatório serão destaque os **concursos e prêmios** realizados pela Diretoria ou que tiveram apoio da Ajufe, além dos principais livros e artigos publicados durante a gestão 2018-2020.

# Sumário



<u>Valorização da Carreira</u>	12
<u>Atuação Legislativa</u>	16
<u>Atuação Jurídica</u>	28
<u>Relações Institucionais</u>	36
<u>Atuação Internacional</u>	48
<u>Direitos Humanos e Equidade de Gênero</u>	58
<u>Eventos e Debates</u>	70
<u>Coordenação de Comissões</u>	90
<u>Comunicação</u>	98
<u>Concursos e Prêmios</u>	108

# Valorização da carreira



A chapa “Valorização e Independência”, dirigida pelo presidente Fernando Mendes, atravessou momentos de intenso combate em prol da magistratura federal. A gestão no biênio 2018-2020 viveu uma das piores crises e talvez o maior desafio associativo: retomar a valorização da carreira e defender as prerrogativas dos juízes e desembargadores federais, mantendo o diálogo com os Três Poderes.

Como valores principais, a Diretoria, composta por seus 28 integrantes e delegados de cada unidade da federação, defendeu a efetivação de direitos e prerrogativas previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Magistratura. Mesmo diante de uma crise sem precedentes, lutou-se pela adoção de uma política remuneratória adequada que atingisse de modo uniforme os juízes em atividade e os aposentados. Ademais, a Ajufe lutou pela recuperação do sentido de carreira, perdido com a reforma do Judiciário, e a independência da magistratura, tendo em vista que não há Estado Democrático de Direito sem que exista uma Magistratura Independente, instituições fortes e uma imprensa livre.

Desde o início, a gestão demonstrou força para inovar e se comprometeu a apresentar projetos de lei, marcando presença em audiências públicas no Congresso Nacional, e em reuniões com instituições parceiras a fim de contribuir com a discussão de temas importantes como a Reforma da Previdência, a Reforma Administrativa, maior participação dos magistrados na Justiça Eleitoral, as perícias médicas, a instituição do Fundo de Custas da Justiça Federal (FEJUFE), a ampliação dos Tribunais Regionais Federais, a discussão da Lei Anticrime e de Abuso de Autoridade, apresentando alternativas e maiores discussões sobre projetos que visavam criminalizar as atividades da magistratura federal e afetar a independência judicial.

## **Independência judicial**

A Ajufe emitiu diversas notas públicas repudiando ataques do governo a ministros e magistrados federais diante de decisões judiciais. A Associação classificou como inadmissível que magistrados, no exercício das funções constitucionais, dentro do seu poder de decidir com base em seu livre convencimento motivado, fossem alvos de ofensas pessoais.

## **Ataque a juízes**

A Ajufe e entidades regionais expressaram indignação em face do covarde ataque sofrido pela Juíza Federal Louise Filgueiras, nas dependências do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. E destacaram que o episódio de violência trouxe à tona grandes preocupações e questões relevantes, como a falta de segurança que acomete o ofício dos magistrados.

## **Redução salarial**

A Ajufe, aliada a outras entidades de classe representativas dos Magistrados e dos membros do Ministério Público da União em todo o país, manifestou, em nota pública, apoio à rejeição, pelo Deputado Hugo Mota (Republicanos/PB), relator da PEC 10/2020, intitulada PEC do “Orçamento de Guerra”, das propostas de emendas que visavam o confisco temporário de 26% a 50% da remuneração e subsídios do funcionalismo público.

## **Vencimentos do Judiciário**

Em manifestações públicas, a Ajufe reforçou a postura da entidade e de toda a magistratura Federal em debater abertamen-

te os vencimentos do Judiciário, uma vez que a Justiça Federal está em total conformidade com os limites estabelecidos para salários de magistrados. E declarou que, sem investimentos, a atividade jurisdicional não teria como continuar a ser cumprida.

## **Reforma da Previdência**

Assim que a Reforma da Previdência foi aprovada, a Ajufe foi a público demonstrar preocupações com a medida. E, especificamente no caso dos magistrados federais, classificou como lamentáveis as normas referentes as progressões de alíquotas previdenciárias, num autêntico confisco se somadas as alíquotas de Imposto de Renda, possibilitando que se tribute praticamente metade da remuneração, além da drástica redução da pensão por morte para 50% (cinquenta por cento) do valor da remuneração, acrescido de 10% (dez por cento) por dependente, e também da possibilidade de pagamento proporcional da Aposentadoria por Incapacidade em total desprezo a ideia de que a invalidez é um risco social completamente imprevisível na maioria dos casos.

## **Lei de Abuso de Autoridade**

A Ajufe, unida à Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), emitiu nota pública para manifestar irrisignação com a derrubada pelo Congresso Nacional de 18 vetos ao Projeto de Lei de Abuso de Autoridade, apontando um retrocesso sem precedentes na história recente do país no combate à impunidade, à criminalidade e a ilegalidades das mais diversas ordens. Na sequência, o presidente da República, Jair Bolsonaro, acatou cinco das oito sugestões de veto da Associação dos Juízes

Federais do Brasil (Ajufe) ao texto da Lei do Abuso de Autoridade (PL 7.596/2017). O texto, como foi encaminhado ao Palácio do Planalto, em alguns pontos, era subjetivo e colocava em risco a independência judicial. Apesar dos vetos de artigos indicados pela Ajufe, a entidade entende que a matéria ainda demanda maior discussão.



Atos públicos em todo o país marcaram insatisfação da magistratura e do MP diante do PL de Abuso de Autoridade. Na foto, magistrados reunidos na Justiça Federal de Curitiba, em agosto de 2018.

### Extinção do INPI

Em nota pública, a Ajufe e a Associação dos Juízes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo (AJUFERJES) manifestaram preocupação com as propostas de alteração legislativa, inclusive por meio de Medida Provisória, que tratavam da extinção do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e a transformação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) na Agência Brasileira de Desenvolvimento e Propriedade Industrial (ABDPI).

### Exercício da Jurisdição Eleitoral

A Ajufe defendeu, nos Três Poderes, a alteração legislativa que preservasse a competência da Justiça Federal para julgamento dos crimes federais conexos aos eleitorais. E também uma maior participação dos juízes federais na Justiça Eleitoral, seja na prestação jurisdicional eleitoral de natureza civil, exercida por todos os juízes federais em exercício nas subseções judiciárias, em sistema de rodízio e em igualdade de condições, ou na prestação jurisdicional eleitoral criminal, exercida, conforme proposta da PGR, pelos juízes federais e estaduais criminais.

### Reposição de perdas nos subsídios

A Ajufe, unida à Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), defendeu a aprovação, pelo Senado, da revisão dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Procurador-Geral da República. E destacou que a medida configurava obrigação inescusável do Estado, derivada de comando constitucional incondicionado e insuscetível a limites formais estabelecidos por qualquer tipo de legislação infraconstitucional, não havendo qualquer prejuízo para as contas públicas.

# Atuação Legislativa



A gestão da Ajufe (biênio 2018-2020) se manteve firme no propósito de ampliar o diálogo com o Poder Legislativo a fim de construir uma legislação que vá ao encontro do jurisdicionado, sem afetar a independência judicial.

Durante toda a gestão, o presidente e os membros da diretoria se mantiveram ativos no Congresso Nacional, participando de audiências públicas, reuniões, sessões e eventos em conjunto com parlamentares, com destaque para os inúmeros debates sobre a Reforma da Previdência e também sobre o Código de Processo Penal nas comissões das Casas.

No período, a Ajufe ofereceu significativa colaboração para a discussão de temas importantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal como a Lei Anticrime, a Reforma Previdenciária, a instituição do Fundo de Custas da Justiça Federal (FEJUFE), a ampliação dos Tribunais Regionais Federais, entre outros.

## Audiências no Congresso sobre a Reforma da Previdência

Em agosto de 2018, a Ajufe participou de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos, no Senado Federal, para debater a Reforma da Previdência com o foco no direito dos brasileiros. O representante da entidade foi o vice-presidente na 1ª Região, Newton Ramos, que lembrou aos debatedores as propostas elaboradas pela Ajufe que foram apresentadas em 2017 à CPI da Previdência, em audiência na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Em outubro do mesmo ano, a Ajufe representada pelo diretor e presidente da Comissão de Acompanhamento da Reforma da Previdência da Ajufe, Antônio José de Carvalho Araújo, também foi convidada a participar de audiência pública, no Senado Federal. Em março de 2019, o magistrado retornou ao Senado, em nova audiência, para reforçar a posição defendida pela Associação.

Já em maio de 2019, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, foi convidado a integrar a mesa de uma nova audiência pública, dessa vez na Comissão Especial da Reforma da Previdência, na Câmara dos Deputados. Estiveram presentes também o diretor administrativo da Ajufe, Alexandre Saliba, e o delegado no Mato Grosso, Francisco Antônio de Moura Junior.

Em agosto de 2019, Mendes retornou ao Senado Federal para debater durante audiência pública sua preocupação com o excesso de judicialização que a Reforma da Previdência poderia trazer ao Poder Judiciário. O encontro ocorreu na Comissão de Direitos Humanos do Senado.



## Reunião com a Procuradoria-Geral da República sobre a Reforma da Previdência

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou de audiência, em junho de 2019, com a então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para debater a Reforma da Previdência. Na ocasião, os representantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público explicaram as emendas apresentadas ao projeto enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional.



## Emendas à PEC 06/2019 (Reforma da Previdência)

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, o secretário-geral, Rodrigo Coutinho, e representantes da Frente reuniram-se, no início de julho de 2019, com parlamentares que integraram a Comissão Especial que discutiu a Reforma da Previdência. Houve reuniões com os deputados Daniel Trzeciak; JHC; Cacá Leão; Rodrigo Coelho e Marcelo Moraes. O intuito da força-tarefa foi pedir apoio aos destaques das emendas que versavam sobre alíquotas, regras de transição, pensão por morte, regulamentação da competência da Justiça Federal para julgar causas relacionadas às entidades de previdência complementar e desconstitucionalização da garantia da revisão anual.



## Mais de 10 mil juízes e membros do MP assinam petição sobre a Reforma da Previdência

Entre os dias 9 e 11 de julho de 2019, a Ajufe e demais representantes das entidades que compõem a Frente entregaram cópias da petição pública, assinada por mais de 10 mil juízes e membros do Ministério Público, com o presidente da Câmara Rodrigo Maia, e os deputados Marcos Pereira, Gilberto Nascimento, Cláudio Cajado, Sanderson, Renata Abreu, Fausto Pinato e Joice Halssemann.



## Câmara aprova emenda defendida pela Ajufe

Foi aprovada, em julho de 2019, a Emenda Aglutinativa nº 5, do Democratas, que estabeleceu regras especiais de aposentadoria para mulheres no RGPS, de proteção à maternidade e retomou a redação dada ao parágrafo 3º do art. 109 da Constituição Federal pelo texto original enviado pelo Executivo para a PEC 6/2019 (Reforma da Previdência). O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, o secretário-geral, Rodrigo Coutinho, o diretor Ilan Presser e o presidente da Ajufesp, Otávio Port, acompanharam toda a votação que contou com 344 votos favoráveis, 132 contrários e 15 abstenções.



## Reforma Administrativa

Em fevereiro de 2020, a Ajufe se posicionou contrária às propostas que afetavam a Magistratura Federal. A entidade elaborou duas notas técnicas contra propostas, especialmente no que diz respeito às férias e à desvinculação. Nos estudos, a Associação destacou que a chamada “PEC Emergencial” (PEC nº 186/2019) voltada à contenção dos gastos públicos e ao restabelecimento do equilíbrio fiscal e também se manifestou contrariamente à aprovação da proposta de Substitutivo à PEC nº 62/2015, cuja pretensão era vedar a vinculação automática entre os subsídios dos agentes públicos.



Presidente da Ajufe e o então advogado-geral da União debatem a Reforma Administrativa na Globonews

## Nota Técnica da Ajufe analisa ponto a ponto do pacote Anticrime

A Ajufe elaborou uma Nota Técnica sobre o pacote de medidas que ficou conhecido como “Projeto Anti-Crime”, enviado ao Congresso Nacional pelo então ministro da Justiça Sergio Moro, em maio de 2019. O objetivo do documento foi sugerir ajustes pontuais buscando uma maior eficácia da proposta e contribuir com a aprovação no Legislativo. A entidade esclareceu que o texto da nota foi produzido por uma comissão de Juízes Federais especializados no tema. Um dos pontos que recebeu sugestões de alteração foi o do *Plea Bargain*.



Presidente da Ajufe e ministros do STJ acompanham apresentação do pacote Anticrime pelo então ministro da Justiça, Sergio Moro

### Audiência pública no Senado para debater o Projeto Anticrime

O diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, André Prado Vasconcelos, representou a Ajufe, em agosto de 2019, durante audiência pública para debater o Pacote Anticrime, proposto pelo então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Extinção de domínio - Outra discussão levantada pelo magistrado foi a ação civil de extinção de domínio, instrumento utilizado para reaver bens conquistados de forma ilícita mesmo sem a responsabilização penal dos indivíduos, prevista no PLC 27/2017, conhecido como o projeto das "10 medidas contra a corrupção".



### Debate sobre o pacote anticrime

O vice-presidente da Ajufe na 1ª Região, Newton Ramos, foi um dos convidados a participar da roda de debate do Grupo de Trabalho destinado a analisar e debater as mudanças promovidas na legislação penal e processual penal pelos Projetos de Lei nº 10.372/2018, nº 10.373/2018, e nº 882/2019, conhecido como Pacote Anticrime, em setembro de 2019, na Câmara dos Deputados.



### Comissão de juristas formada para discutir a Lei Antidrogas

Em dezembro de 2018, a Ajufe foi convidada a ser uma das entidades integrantes do grupo formado para debater a Lei Antidrogas (11.343/06). O desembargador federal do TRF2, Marcelo Granado, foi o representante da Ajufe durante audiência pública do grupo, na Câmara dos Deputados. Entre os membros da Comissão de Juristas para a reforma e Atualização da Lei de drogas estão os ministros do STJ Marcelo Navarro, Rogério Schietti, o desembargador Ney Bello Filho (TRF1), e o ex-presidente da Ajufe e juiz federal, Walter Nunes.



### **Perícias médicas é tema debatido entre a diretoria e associados da Ajufe com parlamentares**

No Mato Grosso do Sul, representando a Ajufe, a diretora de prerrogativas e presidente da Ajufems, Monique Marchioli Leite, em conjunto com entidades da Magistratura e Ministério Público do Estado, reuniram-se com os senadores Soraya Thronicke e Nelson Trad, no final de julho de 2019, em Campo Grande. Durante o encontro, Marchioli entregou a Nota Técnica sobre o PL 2999/2019, que dispunha sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o INSS figurava como parte e que tramitem no âmbito de responsabilidade da Justiça Federal.

Já, em agosto, o senador Flávio Arns visitou a JFPR para discutir os honorários periciais. Representando a Ajufe esteve presente a vice-presidente na 4ª Região, Patrícia Panasolo. Arns fez uma visita institucional ao Diretor do Foro da Justiça Federal do Paraná, Rodrigo Kravetz, que teve como tema principal a discussão do Projeto de Lei 2999/2019, que trata da antecipação de recursos para o pagamento dos honorários dos peritos nomeados pela Justiça Federal. Ainda participaram do encontro o presidente da Apajufe, Fabrício Bittencourt da Cruz, o vice-presidente da Apajufe, Friedman Wendpap, o diretor da ESMAFE, André Wasilewski Duszczak, e o juiz federal José Antonio Savaris.

### **Ajufe reúne-se com presidente do INSS**

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, reuniu-se com o presidente do INSS, Renato Rodrigues Vieira, e assessores do Órgão, no final de agosto de 2019, para dar encaminhamento a diversos temas relacionados ao PL 2999/2019 (perícias médicas). Na ocasião, foram debatidas a questão da regulamentação da competência delegada e sua relação com o projeto de lei; o cumprimento de decisões; a possibilidade de um pacto para desjudicialização; o problema da demora na análise dos requerimentos nas agências; e os processos de reabilitação quando decorrentes do acordo judicial e sentença.



## PL do Fundo de Custas da Justiça Federal

Ao longo de 2019, a diretoria da Ajufe reuniu-se com parlamentares e membros do Poder Judiciário para discutir o PL nº 7.735/2017, que trata do regime de custas do Fundo Especial da Justiça Federal (FEJUFE). O PL aprovado na CCJ da Câmara em dezembro de 2018 aguarda deliberação no Plenário da Casa. O FEJUFE visa através das custas processuais, atualmente em valor irrisório, a modernização de tal ramo da Justiça, em homenagem à sua independência orçamentária.



Presidente da Ajufe manifesta posição da associação em audiência no STJ sobre o PL do Fundo de Custas.

## Debate sobre o Sistema Penitenciário Brasileiro na Câmara dos Deputados

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou, em maio de 2019, da Comissão Geral que discutiu o Sistema Penitenciário, em Brasília. O debate foi proposto pelo deputado Lincoln Portela. O objetivo da Comissão Geral foi esclarecer à sociedade, às organizações da sociedade civil e às autoridades da necessidade que os presídios enfrentam para evitar a eclosão de rebeliões.



## Criminalização do caixa dois em eleições

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou, em junho de 2019, da audiência pública que debateu o Projeto de Lei 1.865/2019, de autoria da senadora Eliziane Gama, que altera o Código Eleitoral para criminalizar o uso do caixa dois nas eleições. A reunião ocorreu na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. "Não há dúvida que a criminalização do caixa dois em eleições, com a definição legal específica, traz uma segurança jurídica. Sabemos que hoje há uma divergência de entendimento em relação a se aplicar o código eleitoral ou algum outro tipo penal, então sempre que o Legislativo aperfeiçoa o modelo legal, isso traz segurança jurídica e contribui para a efetividade para a Justiça Penal", avaliou Mendes.



## PL 4489/2019 é debatido na CCJ do Senado

A Ajufe participou de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, em outubro de 2019, para debater o projeto que dispensa licitações a advogados e profissionais de contabilidade (PL 4489/2019). Durante a fala na Comissão, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, explicou que “a inexigibilidade de licitação tem de ser tratada como exceção; o PL 4489/2019 pretende tratá-la como regra para os serviços de advocacia e de contabilidade, com o que não podemos concordar. Para a Ajufe, a proposta, como se apresentava, ia de encontro a princípios fundamentais à administração pública, como é o caso do princípio da impessoalidade”, explicou Mendes. A delegada da Ajufe em Belém, Carina Senna, acompanhou a audiência.

## PEC 389/2014

Em agosto de 2019, representando também a AJUFE, o presidente da AJUFESC, Rafael Carmona, reuniu-se com o deputado Rubens Bueno para debater a PEC 389/14 que estabelece a participação de advogados na composição dos juizados especiais e de suas turmas recursais. A Ajufe é contra a proposta por entender que há, principalmente, inconstitucionalidade da PEC ao alterar a composição de turmas recursais e criar cargos de juízes para advogados sem concurso, modificando a estrutura do Poder Judiciário. Durante a reunião, o magistrado entregou a nota técnica da Ajufe que elenca ao menos três argumentos contra a PEC.



## Novo CPP

A Ajufe participou, em julho de 2019, da instalação da Comissão Especial designada para a análise do projeto do novo Código de Processo Penal, na Câmara dos Deputados. Representando a Ajufe estiverem presentes o secretário-geral, Rodrigo Coutinho, e o presidente da Ajufesp, Otávio Port.

Em outubro do mesmo ano, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, e a diretora Cristina Vieira reuniram-se com o deputado João Campos, relator do projeto, em Brasília. Já em Porto Alegre, a audiência pública realizada na Escola Superior da Magistratura da Ajuris, contou com a participação do deputado federal Sanderson. Durante a ocasião, a diretora da Ajufe Cristina Vieira apresentou ao parlamentar os pontos que a Ajufe acredita que precisam de mudanças no texto do PL. A audiência foi acompanhada pelo secretário-geral da Ajufe, Rodrigo Machado Coutinho.



### Incidente de Deslocamento de Competência

Ainda em agosto de 2019, a Ajufe participou de audiência pública na Comissão de Segurança Pública e combate ao crime organizado da Câmara dos Deputados. O tema em debate foi o Incidente de Deslocamento de Competência (IDC). Por ele, é possível a transferência de investigações ou julgamentos da Justiça Estadual para a Justiça Federal, nos casos em que sejam identificadas graves violações de direitos humanos. Durante a fala, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, destacou que não se pode confundir a utilização do IDC com a federalização de crimes, debatida durante a audiência. “Acho que são pautas que podem andar juntas, mas não são necessariamente correlatas. São discussões que não se confundem porque a federalização é uma discussão muito mais ampla. Não se pode num modelo federativo no qual vivemos trazer para a União todo e qualquer tipo de responsabilidade sobre a apuração de crimes”, avaliou.



### Devedores contumazes

Em setembro de 2019, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou de audiência pública na Comissão Especial que debate o Projeto de Lei 1646/2019, na Câmara dos Deputados. O tema em questão estabelece medidas para o combate ao devedor contumaz, que, de maneira geral, se valem do inadimplemento fiscal como estratégia de negócio. Outra participante da audiência foi a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Regina Helena Costa. A ministra também acredita na importância de um projeto que cria regras tributárias para quem deve tributos. O diretor jurídico da Ajufe, Marcelo Micheloti, acompanhou a sessão no plenário.



## PEC 410/2018

A delegada da Ajufe no Rio Grande do Sul, Clarides Rahmeier, reuniu-se, em outubro de 2019, com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, Felipe Francischini, para falar sobre a proposta altera o inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal para prever que ninguém será considerado culpado até a confirmação de sentença penal condenatória em grau de recurso (PEC 410/2018). A magistrada entregou nota técnica da Associação que destacava que fixar a culpabilidade do indivíduo a partir da confirmação de condenação penal em grau de recurso é medida que, conquanto delimite o alcance do direito fundamental à presunção de inocência, não atinge seu núcleo essencial.

## Orçamento da Justiça Federal

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado Felipe Francischini, recebeu, em novembro de 2019, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, o secretário-geral, Rodrigo Coutinho, a diretora do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, Luciana Ortiz, e o presidente da Ajufemg, Ivanir César Ireno Júnior. A pauta da reunião foi o projeto de Lei da Câmara 28/2019, que diz respeito ao orçamento da Justiça Federal e a reforma administrativa, que será enviada ao Congresso Nacional. Na ocasião, o presidente da Ajufe apresentou ofício do presidente do STJ e do CJF, João Otávio de Noronha, no qual são enumeradas as necessidades de manutenção do crédito especial à Justiça Federal, originalmente apresentado pelo Poder Executivo, a fim de remanejar dotações para reforço de ações relativas aos projetos e atividades judiciais. Na sequência, os representantes da Ajufe também se reuniram com o relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020, deputado Cacá Leão, para discutir o tema.

## Regime de urgência

A Câmara dos Deputados aprovou, em dezembro de 2019, o regime de urgência para o PL 5977/19, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que transforma cargos vagos de juiz federal substituto da Justiça Federal em cargos Desembargadores Federais. Outro projeto do STJ que teve o regime de urgência aprovado foi o PL 5919/19, que cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região. A aprovação do regime de urgência de ambos PLs foi acompanhada ao longo de todo o dia pela Ajufe. Os diretores da Associação conversaram com diversos deputados para que a medida acontecesse. A previsão inicial era de que houvesse urgência apenas no PL 5919. Ao fim do dia, o deputado Baleia Rossi apresentou requerimento para que o PL 5977 também tramitasse em regime de urgência, sendo aprovado em Plenário.

Além do presidente da Ajufe, Fernando Mendes, acompanharam a votação os vice-presidentes da 4ª e 5ª Região, Patrícia Panasolo e Júlio Coelho, o primeiro secretário, Eduardo André Brandão e os diretores Marcelo Micheloti e Antônio José.



## Ação nos Estados em 2019

### Março

Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, recebe a Ajufe para discutir pautas institucionais da Justiça Federal. Participaram o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, o diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, André Prado de Vasconcelos, e o presidente da Ajufemg, Ivanir César Ireno Júnior.



### Maio

Parlamentares da bancada do Maranhão se reúnem com o presidente da Ajufe, o vice-presidente na 1ª Região, Newton Ramos, o vice-presidente na 5ª Região, Júlio Coelho, o diretor de assuntos legislativos, Nelson Alves, o diretor jurídico, Marcelo Micheloti, e o delegado na Paraíba, Fernando Porto. Durante o evento, os deputados Bira do Pindaré, Eduardo Braide, Junior Lourenço, Juscelino Filho, Marreca Filho e Pastor Gildenemyr, e o senador Weverton Rocha puderam conhecer melhor o trabalho da Ajufe e a agenda legislativa da gestão.



### Junho

A bancada paulista recebeu, em São Paulo, o presidente da Ajufe, o vice-presidente na 3ª Região, Carlos Delgado e o presidente da Ajufesp, Otávio Port, para conversar sobre projetos que tramitam no Congresso.



### Novembro

Bancada de parlamentares do Rio Grande do Sul estreita laços com diretoria da Ajufe para a construção, em conjunto, de uma pauta positiva no Congresso. O presidente da Ajufe, o secretário-geral, Rodrigo Coutinho, a delegada da Ajufe no RS, Clarides Rahmeier, e a presidente da Ajufers, Rafaela Santos Martins da Rosa, participaram do encontro que reuniu os deputados Giovani Cherini, Nereu Crispim, Afonso Motta, Carlos Gomes, além da ex-senadora Ana Amélia.



# Atuação Jurídica



A fim de continuar garantindo a independência judicial e fortalecendo a carreira, a Ajufe atuou fortemente junto aos órgãos da Justiça Federal em defesa dos direitos dos magistrados federais.

O setor jurídico trabalhou, principalmente, através dos pedidos de apoio institucional realizados pelos magistrados que, por sua natureza metaindividual, acabam impactando os demais associados. No período, foram mais de 65 casos de assistências jurídicas acompanhados pela associação, com destaque para a garantia de equiparação remuneratória entre juízes federais substitutos vitalícios e juízes federais titulares.

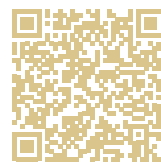
Ainda na gestão do biênio 2018/2020, em âmbito administrativo, houve recurso favorável à Ajufe sobre a ajuda de custo em até três vencimentos, afastada a Lei 8.112/90 que limita o valor a uma remuneração. E ainda a conversão de um terço das férias dos magistrados em abono pecuniário, conforme Resolução 293/2019 do Conselho Nacional de Justiça.

Atualmente, além das assistências jurídicas prestadas aos associados, a Ajufe ingressou com seis novas ações coletivas.

## Ações coletivas ajuizadas nos órgãos do Poder Judiciário:

### RESTITUIÇÃO DA VANTAGEM PREVISTA NO ART. 184, I, DA LEI Nº 1.711/1952

A Ajufe ingressou em 2019, com ação coletiva sobre restituição da parcela suprimida, referente ao pagamento do provento correspondente ao vencimento da classe imediatamente superior, nos termos do art. 184, I, da Lei nº 1.711/1952, norma vigente à época da aposentadoria, diante do entendimento exarado no julgamento do MS 32.726, a respeito da carreira do juiz federal.



Aponte a câmera ao QR Code  
e veja o documento.

### NÃO INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

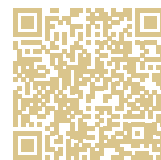
Em agosto de 2019, a Ajufe ingressou com ação coletiva para a não incidência de contribuição previdenciária sobre parcelas remuneratórias que não serão incorporadas aos proventos de aposentadoria, conforme entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 593.068 (1028548-71.2019.4.01.3400).



Aponte a câmera ao QR Code  
e veja o documento.

### CÔMPUTO DO TEMPO DE ADVOCACIA

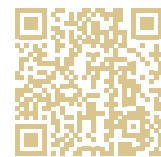
A Ajufe protocolou, em setembro de 2019, ação coletiva a fim de garantir o cômputo do tempo de advocacia e solicitador acadêmico anterior à EC 20/98 para aposentadoria de magistrados, apenas com base em certidão emitida pela OAB, independentemente das contribuições previdenciárias e da data de posse na magistratura.



Aponte a câmera ao QR Code  
e veja o documento.

### LIMITAÇÃO NA QUANTIDADE E VALOR DE DIÁRIAS PAGAS

Em novembro de 2019, a Ajufe protocolou ação coletiva contra a União visando o recebimento das diárias sem a limitação da quantidade paga durante a semana e do valor de 700,00 para cada dia. O entendimento foi baseado na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, Resolução nº CJF-RES-2015, de 2015, e Resolução nº CNJ nº 73, de 2009. O processo recebeu o nº 1033714-84.2019.4.01.3400 e foi distribuído para a 9ª Vara Federal Cível da SJDF.



Aponte a câmera ao QR Code  
e veja o documento.

### ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS

Em fevereiro de 2020, a Ajufe ajuizou ação coletiva para suspender a regra do art. 11 da EC nº 103/2019, a fim de que a União não implementasse nos contracheques dos associados as novas alíquotas previstas no referido dispositivo, remanescendo o mesmo patamar de contribuição (11%) anterior à majoração.

### CÁLCULOS DE FÉRIAS

Em março de 2020, a associação protocolou ação coletiva sobre o direito à averbação do período de férias decorrente do serviço público anterior a magistratura (AO 1014086-75.2020.4.01.3400).

O pedido é para que seja declarado que as férias adquiridas no serviço público anterior, não gozadas ou indenizadas, tornem dispensável a exigência do período aquisitivo de doze meses na nova carreira, independentemente da data de ingresso.

### Decisões favoráveis na gestão AJUFE 2018/2020:

#### EQUIPARAÇÃO REMUNERATÓRIA

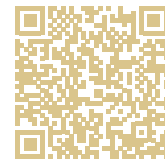
Sentença procedente no processo 1006285-79.2018.4.01.3400, garantindo a equiparação remuneratória entre juízes federais substitutos vitalícios e juízes federais titulares.

#### ABONO DE PERMANÊNCIA

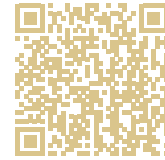
Tutela antecipada no processo 1026690-05.2019.4.01.3400 “para assegurar a contagem do tempo de serviço, a todos os associados da autora - Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE, considerando o tempo de exercício da atividade de advocacia/colaborador acadêmico, anterior à Emenda Constitucional n. 20/1998, para fins de concessão do Abono de Permanência”.

#### CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

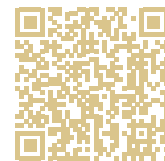
Tutela de urgência no processo 1009622-08.2020.4.01.3400 de 05/05/2020, para suspender cobrança de contribuição previdenciária superior a 11%, que foi instituída pela EC 103/2019.



Aponte a câmera ao QR Code  
e veja o documento.



Aponte a câmera ao QR Code  
e veja o documento.



Aponte a câmera ao QR Code  
e veja o documento.



Aponte a câmera ao QR Code  
e veja o documento.

#### SIMETRIA CONSTITUCIONAL

Decisões administrativas no âmbito do Conselho de Administração do TRF1 que garantiram o direito à ajuda de custo com fulcro na simetria constitucional, aplicando-se a Lei Orgânica do Ministério Público que estabelece o valor da ajuda de custo em até três vencimentos, afastada a Lei 8.112/90 que limita o valor da ajuda de custo a uma remuneração.

#### INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS

Diversos casos de deferimento do pedido de indenização de férias no âmbito do Conselho de Administração do TRF1, mesmo com o entendimento restritivo do CJF.

#### APOSENTADORIA

Acórdão 1435/2019, do Plenário do TCU - TC 012.621/2016, a fim de “esclarecer que é legal, para fins de aposentadoria de magistrado, a contagem do tempo exercido como advogado, independentemente do recolhimento das contribuições previdenciárias, desde que comprovada por meio de certidão da OAB, apenas para os interessados que ingressaram na carreira antes do advento da Emenda Constitucional 20/1998, de 16/12/1998” (Atualmente suspensa em razão de recurso do MP junto ao TCU).

#### ABONO PECUNIÁRIO

Decisão em RGD (Reclamação para Garantia das Decisões) no CNJ no sentido de determinar ao CJF que cumpra a Resolução 293/2019, que dispõe sobre abono pecuniário.

#### INCLUSÃO DA GAJU

Decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte que, em ação individual e após atuação institucional da Ajufe, garantiu a inclusão da GAJU na base de cálculo da contribuição previdenciária com contrapartida da união limitada a 8,5%.



Aponte a câmera ao QR Code  
e veja o documento.

### Atuação em atos normativos:

- Contribuição da Ajufe na Resolução 570/CJF sobre remoção ou trabalho em auxílio de magistrados com deficiência ou doença grave.

- Após provocação da AJUFE o colegiado decidiu que a alteração da competência delegada em matéria previdenciária atingirá somente ações propostas a partir de 1º de janeiro de 2020. Sobre este tema, foi instaurado Conflito de Competência nº 170.051 no Superior Tribunal de Justiça, a partir de provocação do Juízo Federal da 21ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul e o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Guaíba/RS. A Ajufe ingressou com pedido de Amicus Curiae e aguarda apreciação.

### Atuação no STF:

#### ADI 3395

Decisão na ADI 3395 proposta pela Ajufe declarando a competência da Justiça Federal para processar e julgar as causas que envolvem relação jurídico-estatutária entre o Poder Público dos Entes da Federação e seus Servidores.

#### AMICUS CURIAE

Atuação como Amicus Curiae em mais de 25 ações no STF que discutem o direito dos magistrados na percepção de vantagens indenizatórias, com base na simetria constitucional entre as carreiras do ministério público e magistratura, garantindo êxito nas Reclamações no âmbito da 1ª Turma (Rcl 31610, Rcl 30601 e Rcl 29872), para que se aguarde a definição do tema em plenário tendo em vista os feitos de repercussão geral da relatoria do Min. Alexandre de Moraes.



Aponte a câmera ao QR Code  
e veja o documento.

### MS 36.552

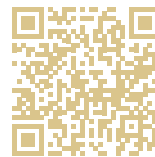
Impetração do MS 36.552 em face da Recomendação nº 38/2019, que dispõe sobre a necessidade de observância das decisões emanadas da Corregedoria Nacional de Justiça, Recomendação suspensa por decisão liminar do Min. Marco Aurélio. Ainda sobre o tema, a Ajufe foi admitida, na data de 04/12/2019, como Amicus Curiae na ADI 4412 interposta pela AMB e que questiona o art. 106 do RICNJ.

### ADPF 310

O Plenário deu provimento à ADPF 310 da AJUFE, AMB e ANAMATRA para declarar a inconstitucionalidade da Ementa 018/2013/COP do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que estendeu o impedimento previsto no artigo 95, inciso V, da Constituição Federal (CF), a todo o âmbito territorial alcançado pela instância judicial da qual tenha se afastado e, ainda, a todos os integrantes de sociedades de advogados que possuam ou venham a admitir magistrados aposentados em seu quadro profissional durante o período de quarentena.

### ADIs

Como parte, foram propostas (cinco) novas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, são elas: Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), Nulidades das Aposentadorias na EC 103/2019, Progressividade das Alíquotas na EC 103/2019 e Juiz das Garantias (Lei 13.964/2019), Mídias Sociais (Resolução 305/2019). As ações receberam os os números 6239, 6258, 6289, 6298 e 6310, respectivamente.



Aponte a câmera ao QR Code  
e veja o documento.



# Relações Institucionais



O diálogo ativo e permanente com os Três Poderes marcou a gestão da Ajufe no biênio 2018-2020. Visando maior alcance da Associação também com o público externo, a atual diretoria firmou parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, mantendo ainda as já conquistadas.

Por meio dessas relações, foi possível ampliar o debate de temas importantes para a sociedade e também para a valorização e independência dos magistrados federais, como a inovação digital, a preservação do meio ambiente, a discussão sobre o Direito Migratório, a situação do sistema penitenciário federal, etc.

### **Movimento de Combate à Corrupção - MCCE**

Por vezes representada pelo presidente da associação, ora pelos diretores, a Ajufe continuou o trabalho junto ao MCCE nesses dois últimos anos. Ao longo do período, foram tratados temas como as eleições de 2018, a plataforma Voto Legal, Transparência Internacional, Lei da Ficha Limpa, dentre outros assuntos.



### **Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal - COGEST**

A Ajufe participou de reuniões do Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal (COGEST), instituído em 2015, durante o último biênio. Nas reuniões, foram apresentados os resultados das metas estratégicas alcançadas pelo Poder Judiciário, a exemplo dos processos resolvidos por Conciliação, o Programa de Sustentabilidade e a Implementação de Novas Tecnologias para a melhoria da Justiça Federal.



### **Empresa Gestora de Ativos - EMGEA**

Em encontro na sede da Ajufe, a associação reforçou os laços institucionais com a Empresa Gestora de Ativos (EMGEA). A reunião ocorreu em julho de 2018 e contou com a participação do diretor-presidente da empresa, Roberto Meira de Almeida Barreto, do presidente da Ajufe, Fernando Mendes, e do tesoureiro da gestão, Frederico Azevedo.



### **Visita à Direção do Foro da SJPR e associados do Paraná**

Em julho de 2018, o presidente, Fernando Mendes, acompanhado da vice-presidente na 4ª Região, Patrícia Panasolo, fizeram visita institucional à Direção do Foro da SJPR, para tratar de assuntos afetos à magistratura federal e à própria atuação da Ajufe. No mesmo dia, reuniram-se com associados para apresentar a meta de trabalho da então iniciada gestão.



### **Posse Ministra Rosa Weber no TSE**

Em agosto de 2018, a Ajufe participou da solenidade de posse da Ministra Rosa Weber no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). À nova presidente do TSE coube o comando do processo eleitoral de outubro de 2018, que definiu o novo presidente da República, governadores, senadores e deputados.



### **Ajufe participa de posse do novo Corregedor Nacional da Justiça**

Em cerimônia que ocorreu em agosto de 2018, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou da solenidade de posse do novo Corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins.



### **Ajufe vai à posse do ministro João Otávio de Noronha no STJ**

A diretoria da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) participou da cerimônia de posse da nova gestão do Superior Tribunal de Justiça. As funções de presidente e vice-presidente do órgão ficaram a cargo dos ministros João Otávio de Noronha e Maria Thereza de Assis Moura, respectivamente. A posse foi em agosto de 2018.



### **Ajufe faz visita institucional à ANAC**

Em outubro de 2018, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, reuniu-se com o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), José Botelho, com o objetivo de estreitar os laços entre as duas entidades para a realização de eventos em conjunto.



### **Ajufe reúne-se com diretores do Foro da 4ª Região**

A vice-presidente da Ajufe na 4ª Região, Patrícia Panasolo, acompanhada do então presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores, reuniu-se com os Diretores do Foro das Seções Judiciárias do Paraná, juiz federal Marcelo Malucelli, Santa Catarina, juíza federal Claudia Maria Dadico, e Rio Grande do Sul, juíza federal Daniela Tocchetto Cavalheiro. Na pauta, questões administrativas, orçamentárias e outros assuntos relacionados à Justiça Federal da 4ª Região. A reunião ocorreu em novembro de 2018.



### **Presidentes da Ajufe e do TRF4 formalizam acordo para cessão do direito de uso do SEI**

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, firmou novo acordo de cooperação técnica com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) que prevê a cessão gratuita do direito de uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) pela Ajufe. O acordo foi assinado em novembro de 2018 pelo presidente da Ajufe e pelo então presidente do TRF4, desembargador federal Thompson Flores.



### **Ajufe faz visita institucional ao TRF5**

Em janeiro de 2019, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, o tesoureiro, Frederico José Pinto de Azevedo, e o então presidente da REJUFE, Claudio Kitner, fizeram visita institucional ao presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Manoel Erhardt, e ao corregedor do tribunal, Paulo Cordeiro. A juíza federal Joana Carolina Lins Pereira também participou das reuniões, que ocorreram na sede do TRF5, em Recife (PE). No encontro, foram tratados assuntos referentes à carreira e a própria atuação da Ajufe para 2019.



### Ajufe e Ajufesp reúnem-se com a presidente do TRF3

O presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Fernando Mendes, encontrou-se com a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Therezinha Cazerta, e com o deputado federal Luiz Flávio Gomes, em fevereiro de 2018, em São Paulo.

Na reunião, trataram de assuntos institucionais como a Reforma da Previdência e projetos sensíveis à Justiça Federal.



### Ajufe e CJF celebram acordo de cooperação para parcerias

Em julho de 2019, a Ajufe e o Conselho da Justiça Federal (CJF) firmaram acordo de cooperação, nesta gestão, visando parcerias nas atividades de pesquisa, ensino, editoração, informação e realização de eventos de interesse da Justiça Federal. Dentre as ações, estão inclusos trabalhos conjuntos de pesquisas, seminários, encontros e cursos diversos.



### Ajufe reúne-se com representantes da Brasilcon

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, e o diretor cultural Ilan Presser participaram de reunião com o presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon), Diogénes Carvalho, e o seu secretário-geral, Vitor Hugo do Amaral Ferreira, na Ajufe. No encontro, que ocorreu em janeiro de 2020, o presidente da Brasilcon abriu as portas da entidade para publicações de artigos pelos juízes federais em sua Revista de Direito do Consumidor, editada em parceria com a Editora Revista dos Tribunais.



### **AJUFE, AMB e CONAMP discutem embarque e desembarque de passageiros armados em aeronaves civis com a ANAC**

Em outubro de 2018, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, e representantes da AMB e Conamp, reuniram-se com o superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil, Rafael Faria. Durante o encontro, as associações demonstraram suas preocupações com a Resolução nº 461/2018, que dispõe sobre os procedimentos de embarque de passageiros armados, despacho de armas de fogo e de munição e transporte de passageiros sob custódia a bordo de aeronaves civis.



### **Nova presidência do STF**

Em setembro de 2018, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, e diversos membros da diretoria estiveram presentes na cerimônia de posse do novo presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Dias Toffoli, e do vice-presidente, ministro Luiz Fux. A solenidade ocorreu no STF, em Brasília (DF), e contou com a presença do então presidente da República, Michel Temer, e autoridades dos Três Poderes. “O novo presidente do STF traz uma valiosa experiência de quem passou pela advocacia, pelo governo e pela Advocacia-Geral da União (AGU). Acreditamos que essa bagagem vai colaborar muito no diálogo entre os Três Poderes. O ministro tem um espírito conciliador, com ampla visão social e consciente da necessidade de tornar a justiça mais acessível e rápida”, destacou à época o presidente da Ajufe, Fernando Mendes.



### **Visita da professora Luciana Yeung em São Paulo**

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, e o presidente da Ajufesp, Otávio Port, receberam a professora de Direito e Economia do Insper e ex-presidente da Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE), Dra. Luciana Yeung, na sede da Ajufesp, em São Paulo, para estabelecimento de parceria na qual a ABDE auxiliasse as duas entidades nos estudos dos impactos econômicos e custos orçamentários para a estruturação dos juízes das garantias na 3ª Região. O desembargador federal da 3ª Região e ex-presidente da Ajufe, Nino Toldo, e o juiz federal Alessandro Diaferia participaram do encontro, realizado em janeiro de 2020.



### Visita institucional aos magistrados de Pernambuco

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, fez visita institucional aos juízes federais associados, na sede da Seção Judiciária de Pernambuco, em Recife, em janeiro de 2020. No encontro, foram tratados assuntos referentes à carreira e a própria atuação da Ajufe para o referido ano.



### Inauguração da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas

A Ajufe, representada pelo presidente, Fernando Mendes, acompanhou a inauguração da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas (SJAM), na sede da Justiça Federal em Manaus, em janeiro de 2020. A 9ª Vara foi criada a partir da realocação da Vara Única da Subseção Judiciária de Tefé, onde funcionará uma Unidade Avançada de Atendimento (UAA) para manter a presença da Justiça Federal.



Participaram da solenidade os magistrados federais Carlos Eduardo Moreira Alves, Daniele Maranhão, Jaiza Maria Pinto Fraxe, ministro Mauro Campbell, Diego Leonardo Andrade de Oliveira, além de representante do Ministério Público Federal do Amazonas e autoridades do Poder Judiciário local.

### Inauguração das novas instalações do JEF em Campinas

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou da inauguração das novas instalações do Juizado Especial Federal da 5ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, em fevereiro de 2020, em Campinas. Os trabalhos foram conduzidos pela então presidente do TRF3, desembargadora federal Therezinha Cazerta. Participaram ainda a presidente do JEF de Campinas, Raquel Coelho Dal Rio Silveira; a diretora do foro da Seção Judiciária de São Paulo, Luciana Ortiz; o diretor da 5ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, Valter Maccarone; e o presidente da OAB em Campinas, Daniel Blikstein.



### Comemoração dos 19 anos da Justiça Federal em Taubaté

Os presidentes da Ajufe e da Ajufesp participaram da comemoração dos 19 anos de instalação da Justiça Federal em Taubaté (SP), em janeiro de 2020. A solenidade contou com programação científica e ação voluntária promovida no Fórum da Justiça Federal do município para arrecadar alimentos para a Casa São Francisco de idosos, para a Casa de apoio Mulher & Vida e para a APAE.



### Justiça Federal de São Paulo inaugura Centro Local de Inteligência

Em fevereiro de 2020, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou da instalação do “Espaço de Inovação e Inteligência”, SJSP, na sede do TRF3, na capital paulista. O espaço tem como objetivo propor um ambiente propício, tanto aos servidores, quanto aos magistrados do Tribunal, para a criação de propostas que aprimorem o serviço jurisdicional prestado pelo Órgão, visando a celeridade processual, economia de custos e um serviço de excelência para os cidadãos. A inauguração foi conduzida pela então presidente do TRF3, Therezinha Cazerta, e pela diretora do Foro da SJSP, Luciana Ortiz. O presidente da Ajufesp, Otávio Port, acompanhou os trabalhos.



### Inauguração do centro de memória do TRF3

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, e o presidente da Ajufesp, Otávio Port, participaram da inauguração do Centro de Memória do TRF3. Durante a solenidade, a então presidente do TRF3, Therezinha Cazerta, destacou a importância do espaço para preservação da memória da Justiça Federal. Além do centro de memória foi inaugurado também o novo auditório do TRF3. A solenidade ocorreu em fevereiro de 2020.



### **Presidente da Ajufe se reúne com representantes da ABSOLAR**

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, se reuniu, em fevereiro de 2020, com o presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), Rodrigo Sauaia, e a diretora de Relações Institucionais e Governamentais, Ivonice Campos, para estabelecer uma agenda comum entre as entidades e debater as mudanças no marco regulatório do setor de energia pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Para o presidente da Ajufe, algumas das propostas em debate poderão trazer prejuízo à política de geração de energia limpa, causar insegurança jurídica e provocar a estagnação de um mercado que está em franca expansão, além de se chocar com a Meta Nacional nº 9 do CNJ de integrar a agenda 2030 da ONU ao Poder Judiciário.



### **Visita institucional do ministro Dias Toffoli à Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul**

O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, visitou, em fevereiro de 2020, a sede da Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, para discutir temas de interesse da Justiça Federal. O encontro teve a participação do presidente da Ajufe, Fernando Mendes, do presidente da Ajufesp, Otávio Port, do diretor do Foro da SJMS, Ricardo Damasceno, do delegado da Ajufe e vice-presidente da Ajufems, Ney Gustavo Paes de Andrade, e demais magistrados da Seção.



À época, além dos pleitos afetos à carreira, a juíza federal Carolline Scofield, diretora da Ajufe, levou ao conhecimento do presidente do STF a preocupação com relação à saída do Ministério Público Federal em Ponta Porã (MS). A magistrada, que atua na região, ressaltara que em breve teria uma audiência pública para avaliar as condições das instalações do órgão no município.

### Posse dos juízes eleitos para administração do TJMSP

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, acompanhado do desembargador federal do TRF3, José Carlos Francisco, participou da solenidade de posse dos juízes eleitos para o biênio 2020/2021 do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo. Tomaram posse o magistrado Clovis Santinon como presidente da Corte, o vice-presidente Paulo Adib Casseb e o decano Avivaldi Nogueira Junior assumiu a Corregedoria-geral. O ex-presidente do TJMSP, Silvio Hiroshi Oyama, e a então presidente do TRF3, Therezinha Cazerta, também estiveram presentes na cerimônia, realizada em fevereiro de 2020.



### Posse da nova administração da Apajufe

Em fevereiro de 2020, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, e o ex-presidente da associação Antônio Borcheneck participaram da cerimônia de posse da nova gestão da Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe), em Curitiba (PR). O juiz federal André Wasilewski Duszczak presidirá a entidade pelos próximos dois anos (2020-2022) em substituição ao juiz federal Fabricio Bittencourt da Cruz.



### Inauguração de nova sede da JFPE no Recife

A Justiça Federal em Pernambuco (JFPE) inaugurou, em fevereiro de 2020, o Edifício-Sede II, local que passa a abrigar os Juizados Especiais Federais (JEFs), compostos pelas 14ª, 15ª e 19ª Varas Federais, as Subseções de Jaboatão dos Guararapes (29ª e 30ª Varas), além de uma extensão da Subseção do Cabo de Santo Agostinho (34ª e 35ª Varas). O diretor do Foro da JFPE e tesoureiro da Ajufe, Frederico José Pinto de Azevedo, representou a associação na solenidade, que também contou com a presença do presidente do TRF5, desembargador federal Vladimir Carvalho, do corregedor-regional do TRF5, Carlos Rebêlo, dos desembargadores federais Manoel Erhardt e Élio Siqueira, além de outros magistrados e servidores.



### Posse dos novos dirigentes do TRF3

No início de março de 2020, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou da posse dos novos dirigentes do TRF3. Os eleitos para o biênio 2020/2022 foram os desembargadores federais Mairan Gonçalves Maia Júnior, presidente do Tribunal; Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida, vice-presidente do Tribunal; e Marisa Ferreira dos Santos, corregedora-regional do Tribunal. Participaram da cerimônia Antônio César Bochenek, juiz federal e ex-presidente da Ajufe, diretores da Ajufe (desembargador federal Carlos Delgado e os juizes federais Alexandre Saliba e Monique Marchioli) e André Luís Maia Tobias Granja, juiz federal da Seção Judiciária de Alagoas.



### Ex-presidente da Ajufe vai integrar o Conselho Superior da Enfam

O ministro e presidente do STJ, João Otávio de Noronha, nomeou o ex-presidente da Ajufe e juiz federal, Roberto Veloso, para integrar o Conselho Superior da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) durante o biênio 2020/2021. A cerimônia de posse ocorreu em maio de 2020, em sessão virtual.



**ENFAM**  
ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO  
E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS  
MINISTRO SÉRGIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA

### Ajufe é convidada pelo CNJ para acompanhar trabalhos do Centro de Inteligência Artificial

O presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, em abril de 2020, aceitou pedido da Ajufe e convidou a associação para participação nos projetos intitulados "Laboratório de Inovação para o Processo Judicial Eletrônico" e "Centro de Inteligência Artificial", instituídos pela Portaria CNJ nº 25/2019.



# Atuação Internacional



Mantendo o compromisso com o aprimoramento da qualificação dos associados e o intercâmbio de informações sobre importantes temas jurídicos, a Ajufe (biênio 2018-2020) realizou diversos eventos mediante parceria com instituições internacionais. A diretoria promoveu a troca de experiências com associações latinas, europeias e americanas por meio de cursos, seminários e eventos em diversos países, ampliando a participação da Ajufe no cenário internacional.

Atualmente, são mais de 15 instituições parceiras internacionais, dentre universidades, escolas de idiomas e associações.

### 38º Congresso Internacional da Propriedade Intelectual da ABPI

Em agosto de 2018, a capital paulista recebeu o 38º Congresso Internacional da Propriedade Intelectual da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, com o tema “A relevância da propriedade intelectual em um mercado cada mais inovador”. O primeiro secretário da Ajufe, Eduardo Brandão, representou a entidade no evento. Ele fez parte do painel que discutiu o tema: “Questões Relevantes de Litígio de PI no Brasil; Composição de Danos (Perdas e Danos, Lucros Cessantes, Dano Moral); as Hipóteses de Imprescritibilidade de Ação de Nulidade e/ou Adjudicação de Marca”.



### 9ª Conferência Internacional da IACA

Em setembro de 2018, a International Association for Court Administration (IACA) realizou sua nona Conferência Internacional, realizada em Foz do Iguaçu (PR), e que discutiu gestão de tribunais. O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou da cerimônia de abertura. Pela Ajufe, ainda acompanharam os trabalhos da 9ª Conferência a vice-presidente da Ajufe na 4ª Região, Patrícia Panasolo, o diretor Richard Ambrosio, os ex-presidentes da Ajufe Vladimir Passos e Antônio César Bochenek, e os juízes federais Fernando Quadros, Luciana Ortiz, Paulo Cezar Neves Júnior, Leonardo Resende e Marco Bruno Miranda.



### Simpósio Internacional de Direito

Durante o mês de outubro de 2018 e 2019 ocorreram a 5ª e 6ª edições do Simpósio Internacional de Direito (Consinter). O evento apoiado pela Ajufe aconteceu respectivamente em Madri e Barcelona, com a participação do presidente da Ajufe, Fernando Mendes, diretores, ex-presidentes da Ajufe, associados, membros do STF e STJ.



O encontro anual tem o objetivo servir como um espaço de reunião para alunos e pesquisadores, onde possam discutir os resultados de suas teses de mestrado e doutorado, bem como trocar conhecimentos e experiências. Em 2019, o juiz federal Renato Lopes Becho contribuiu com artigo para a Revista Internacional Consinter de Direito, que será publicada em 2020. Já as juízas federais Claudia Valeira Bastos e Danila Gonçalves escreveram artigos para o livro do Consinter Direito e Justiça.



### Ajufe e OIM

A Ajufe e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) da ONU assinaram, em setembro de 2018, termo de cooperação entre as entidades, em Brasília. O encontro contou com a participação do presidente da Ajufe, Fernando Mendes, do chefe da missão da OIM no Brasil, Stéphanie Rostiaux, e do coordenador de projetos Marcelo Torelly. O acordo assinado teve como objetivo o trabalho conjunto, de ambas instituições, em questões ligadas ao acesso à Justiça por parte de migrantes vulneráveis.



### Ajufe e STF na embaixada argentina

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, e o vice-presidente na 3ª Região, Carlos Delgado, participaram de jantar oferecido pelo embaixador da Argentina no Brasil, Carlos Margariños, ao presidente do STF, ministro Dias Toffoli, em outubro de 2018. Na ocasião, Mendes convidou o embaixador para participar do "I Encontro Internacional da Ajufe".



### Ajufe participa de ciclo internacional de estudos em Nova York

Entre 5 e 9 de novembro de 2018, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, o diretor de assuntos legislativos, Nelson Alves, e o então presidente da Ajufesp, Bruno Lorenzini, e associados, participaram do "II Ciclo Internacional de Estudos da AJUFE/AJUFESP – Diálogos Acadêmicos: Brasil e EUA", em Nova York (NY). O evento contou com palestras sobre o cenário político e econômico do Brasil, visitas ao Consulado Brasileiro na cidade, ao Tribunal de Falências dos Estados Unidos e à Columbia University.



Entre as palestras assistidas pelos representantes da Ajufe tiveram a do promotor federal Russel Capone, chefe da Unidade Pública de Corrupção da Procuradoria dos Estados Unidos, do desembargador federal Fausto de Sanctis (TRF3), com o tema "Os caminhos da Justiça no Brasil: A Operação Lava-Jato e seus impactos na corrupção política", e finalizou com a palestra com o juiz federal Renato Lopes Becho sobre o papel dos precedentes vinculantes no aprimoramento da atividade jurisdicional.



## I Encontro Internacional da Ajufe

Em novembro de 2018, ocorreu o “1º Encontro Internacional da Ajufe” que reuniu, durante quatro dias (22 a 25), autoridades brasileiras e argentinas em Buenos Aires (AR). A cerimônia de abertura contou com a presença de mais de 300 juízes federais e ocorreu no Palácio da Paz, abrindo a programação que teve como objetivo reunir os magistrados federais brasileiros e argentinos para trocar conhecimentos sobre as experiências vividas em ambos países e tratar de temas como a cooperação jurídica no Mercosul e comparação das legislações nos dois países.

Além do presidente da Ajufe, Fernando Mendes, membros da diretoria e associados, estiveram presentes o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, o corregedor Nacional de Justiça, Humberto Martins, o corregedor-geral da Justiça Federal, Raul Araújo Filho, os ex-presidentes da Ajufe, Vladimir Passos, Vilson Darós, Walter Nunes, Nino Toldo, Fernando Mattos, Paulo Sérgio Domingues, Antônio César Bochenek e Roberto Veloso. Além deles, os presidentes da AMB, Jayme de Oliveira, e da ANPR, José Robalinho.

O segundo dia contou com uma programação científica, em parceria com a Ajufe Argentina, na Universidade de Direito de Buenos Aires. Os presentes acompanharam a palestra do presidente do STF que abordou os “Desafios do Poder Judiciário no Século XXI”. Após a palestra, os participantes assistiram a painéis sobre o funcionamento da Associação dos Juízes Federais da Argentina e os objetivos da entidade.

O Encontro terminou com a realização da Assembleia Geral Ordinária para a votação de pautas que a diretoria e associados propuseram.



### Acordo entre Ajufes

O presidente da Ajufe do Brasil, Fernando Mendes, assinou no dia 23 de novembro de 2018, um convênio com a Ajufe Argentina para permitir a troca de experiências entre os associados brasileiros e argentinos. O termo foi firmado por Fernando Mendes e pelo presidente da Ajufe Argentina, Jorge Eduardo Moran. A assinatura do convênio foi o primeiro passo para estreitar os laços entre os países. A parceria visa a troca de experiências dos associados brasileiros com a universidade argentina, mediante eventos e cursos.



### 1º Encontro de Diretores de Escolas Judiciais de Língua Portuguesa

A Ajufe participou do 1º Encontro de Diretores de Escolas Judiciais de Língua Portuguesa, em dezembro de 2018, na Enfam, em Brasília. O evento teve o objetivo de trocar experiências e estreitar laços de cultura jurídica, fortalecendo ideias e atividades educacionais conjuntas entre as nações. Além do presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participaram representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, além também ser acompanhado por dirigentes de instituições da Espanha e da França.



### Diplomacia

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, e o diretor cultural, Ilan Presser, visitaram a embaixada israelense, em Brasília, a convite do embaixador Yossi Shelley, em fevereiro de 2019. Na ocasião, foi discutida a realização de um segundo seminário “Conhecendo o sistema jurídico israelense”, para juízas e juízes federais brasileiros em Israel.

Ainda em fevereiro, o embaixador de Portugal, Jorge Cabral, recebeu Mendes, o vice-presidente na 5ª Região, Júlio Coelho, e o tesoureiro Frederico José Pinto de Azevedo, na embaixada lusitana. Durante o encontro, os representantes da entidade falaram sobre a realização do 2º Encontro Internacional da Ajufe em Portugal e sobre a organização de um evento conjunto, em Brasília, sobre a Convenção de Haia.



### **Seminário Internacional: O Poder Judiciário nas Relações Internacionais**

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou da abertura do “Seminário Internacional – O Poder Judiciário nas Relações Internacionais”, na sede do STJ, em Brasília. O evento, ocorrido em abril de 2019, teve o objetivo de debater o combate à corrupção, Direito Privado, ética judicial e a proteção ao meio ambiente e contou com palestrantes dos cinco continentes.



### **Agenda da ONU**

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou, em maio de 2019, da apresentação do relatório de integração das metas do Poder Judiciário no CNJ. O estudo é resultado de um trabalho do Comitê Interinstitucional instituído pelo Conselho para integrar as metas do Poder Judiciário aos indicadores e metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030 da ONU.



O relatório ainda levantou informações sobre o número de ações distribuídas e decididas pelo Judiciário, os temas que geram maior número de demandas nas cortes e as respectivas áreas como saúde, educação, questões previdenciárias, execução fiscal, crime, combate ao crime organizado, organizações criminosas, corrupção.

### **Curso: A Justiça Penal Internacional**

A Ajufe realizou, em junho de 2019, o curso “A Justiça Penal Internacional”, com mais de 30 magistrados federais, em Haia, na Holanda. O curso contou com duas etapas, sendo a primeira delas o acompanhamento de três módulos no formato a distância (EaD), obrigatório para todos aqueles que desejassem participar do evento na sede do Tribunal Penal Internacional (TPI). Essa parte tinha o objetivo de contextualizar as competências e histórico do TPI.



### VII Curso Brasileiro Interdisciplinar em Direitos Humanos

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, recebeu a visita institucional do presidente do Instituto Brasileiro dos Direitos Humanos (IBDH), César Barros Leal, e do conselheiro federal da OAB/CE, Hélio Leitão, em junho de 2019. Durante o encontro a Ajufe foi convidada a participar do VII Curso Brasileiro Interdisciplinar em Direitos Humanos, com tema: “O Desafio dos direitos econômicos, sociais e culturais”



### Seminário Internacional “A Livre Concorrência e os Tribunais Brasileiros”

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou, em outubro de 2019, da abertura do 1º Seminário Internacional “A Livre Concorrência e os Tribunais Brasileiros”, promovido pela Ajufesp, em parceria com a Ajufe, a EMAG, o IBRAC e o Cedex. O Seminário ainda contou com palestras sobre ações reparatórias de danos em cartel, tributação e concorrência, acordos de leniência e varas especializadas. Estiveram presentes o ministro do STJ, Hermann Benjamin, e diretor da Emag e desembargador federal do TRF3, José Lunardelli.



### Tribunais Superiores Alemães

Também em outubro de 2019, a Ajufe participou da “Visita da Justiça Federal aos Tribunais Superiores Alemães e ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos”, organizada pelo CJF e pela Universidade de Freiburg, com o apoio associação, na Alemanha. O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, e do STJ, ministro João Otávio de Noronha, além de juízes e desembargadores federais, também acompanham o encontro.



### BRICS

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou da abertura do “Seminário das Altas Cortes do BRICS”, um evento apoiado pela Ajufe. O evento ocorreu no STF, em outubro de 2019, e o encontro teve como tema “Tecnologia da Informação e Inteligência Artificial: boas práticas, oportunidades e desafios para o Judiciário”. Ainda, representando a Ajufe, estiveram presentes a delegada em Alagoas, Camila Pullin e a juíza federal Priscilla Corrêa.



## 2º Encontro Internacional da Ajufe

O 2º Encontro Internacional da Ajufe ocorreu em novembro de 2019, em Lisboa, Portugal. A abertura ocorreu no Pátio da Galé, local onde se situavam, em 1755, o Paço Real e a Casa da Índia. Durante três dias, os magistrados federais puderam conhecer um pouco mais da cultura e do sistema de justiça lusitano.

Também durante o 2º Encontro Internacional da Ajufe foi realizada a Assembleia Geral Ordinária da entidade. A AGO foi transmitida por videoconferência, em tempo real, aos demais magistrados que desejaram participar. O encerramento do Encontro ocorreu no dia 18 de novembro, no Palácio da Cruz Vermelha, espaço histórico de Portugal, com vista do Rio Tejo.

### Universidade de Lisboa

Em novembro de 2019, os magistrados da Ajufe assistiram a palestras na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa durante a programação do II Encontro Internacional da Ajufe, em Portugal. Os participantes acompanharam quatro painéis: “A academia e o judiciário (interação, colaboração e divergências)”, com a vice-presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Maria Prazeres Beleza, com o desembargador federal Francisco de Queiroz e o professor Eduardo Vera-Cruz; e “Sequestro internacional de crianças (Convenção de Haia e os desafios concretos em sua aplicação)”, com a professora Ana Isabel e o professor Paulo Pinto de Albuquerque.

A programação continuou com a palestra “Dupla tributação internacional e sua repercussão nas relações comerciais Brasil-Portugal”, com o juiz federal Joaquim Lustosa Filho, o professor Gustavo Courinha e a advogada Joana Lança; e por fim o painel “Jurisprudência da crise (efetivação de direitos sociais em tempos de austeridade)”, com o vice-presidente da Ajufe na 5ª Região, Júlio Coelho, o professor Rui Tavares Lanceiro e a vice-presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Maria Prazeres Beleza.



## Tribunal da Relação de Lisboa

A Ajufe realizou uma visita institucional ao Tribunal da Relação de Lisboa, em novembro de 2019, na capital portuguesa. Estiveram presentes o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, a vice-presidente da 4ª Região Patrícia Panasolo, o vice-presidente da 5ª Região, Júlio Coelho, o tesoureiro, Frederico José Pinto de Azevedo, a diretora de prerrogativas Monique Marchioli, além de outros associados. A Ajufe foi recebida pelo presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, o juiz desembargador Orlando Santos Nascimento.



## Câmara de Comércio Brasil-América, nos EUA

O juiz federal Renato Lopes Becho, integrante da Comissão de Reforma Tributária da Ajufe, participou, no início de dezembro de 2019, de uma mesa redonda na Câmara de Comércio Brasil-América, em Nova York. A associação não governamental tem a missão de promover laços comerciais e culturais entre as duas nações, a fim de estreitar os laços também entre as comunidades empresariais desses países. Durante a exposição, Becho fez uma análise, concentrada no Direito Tributário, acerca das razões pelas quais o Brasil está mal classificado no Índice de Direito dos Projetos da Justiça Mundial (58º dos 126 países pesquisados).



## Fórum Global sobre Direito, Justiça e Desenvolvimento

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, e a diretora Clara Mota reuniram-se, no dia 7 de fevereiro de 2020, com representantes do Fórum Global sobre Direito, Justiça e Desenvolvimento, em Washington (DC), nos Estados Unidos, para tratar do ingresso da Associação no Fórum que é apoiado pelo Banco Mundial. Diversos parceiros ao redor do mundo, inclusive associações de magistrados e o próprio Supremo Tribunal Federal brasileiro, fazem parte do Fórum e têm colaborado na geração de produtos de conhecimento, oferecendo workshops, mesas-redondas, bancos de dados jurídicos, entre outros.



# Direitos Humanos e Equidade de Gênero



A preocupação com o debate democrático durante a gestão no biênio 2018-2020 resultou na criação do Fórum de Direitos Humanos da Ajufe, o FONADIRH, além de parcerias com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) da Organização das Nações Unidas (ONU) e com o Conselho Nacional de Justiça para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

No período, além do FONADIRH a Ajufe possibilitou a criação de um Banco de Decisões em Direitos Humanos, que reúne casos julgados por magistrados federais em todo o país, tornando o assunto mais paupável e ampliando essa importante discussão.

A Comissão Ajufe Mulheres também teve papel fundamental na construção desse espaço democrático para discussão das questões de gênero que afetam a carreira da magistratura. Estudos, projetos e eventos foram lançados, com destaque ao Prêmio Equidade de Gênero no Sistema de Justiça.

## Simpósio sobre discriminação racial e intolerância religiosa

A Ajufe participou, em agosto de 2018, do “Simpósio Negro (a), afro-religioso (a), quilombola: racismo e intolerância religiosa no Brasil e seus reflexos no mundo do trabalho” representada pelo diretor da Ajufe, Antônio José de Carvalho Araújo, em uma mesa-redonda com ativistas de movimentos sociais, em Brasília. O objetivo do encontro foi o de apresentar os desafios para a superação de estigmas raciais e religiosos, com foco na população negra, afro-religiosa e quilombola. Durante suas intervenções, o diretor da Ajufe abordou os temas quando questionado sobre a competência da Justiça Federal.



## Presidente do TRF1 recebe Comissão AJUFE Mulheres

Em junho de 2018, a Comissão AJUFE Mulheres reuniu-se com a presidência do TRF1 para apresentar os trabalhos da Comissão ao então presidente Carlos Moreira Alves. O encontro teve a presença das juízas federais Célia Regina Ody Bernardes (TRF1), Isaura Oliveira Leite (TRF1), Maria Cândida Almeida (TRF1), Alessandra Baldini (TRF1), Priscila Corrêa (TRF2) e Madja Moura (TRF5), bem como a participação da Juíza Auxiliar da Presidência do Tribunal, Denise Drumond. Na oportunidade, as magistradas solicitaram informações sobre a participação feminina na 1ª Região e agradeceram ao Presidente do TRF1 o apoio à construção de um “Portal da Mulher”.



## Magistratura feminina e arte

“Justiça, Gênero e Arte”. Esse foi o tema escolhido pela Comissão AJUFE Mulheres, em parceria com a Emag da 3ª Região, para debater questões de gênero no Poder Judiciário e o papel da arte nesse contexto, em agosto de 2018. Durante o encontro ocorreram vários debates com profissionais do Direito e magistradas, que são escritoras, escultoras, músicas, fotógrafas, entre outras. Ao fim de cada período de trabalho, duas magistradas federais, as juízas Rachel Chiarelli (instrumentista/viola da gamba/concerto de música barroca: As leis da harmonia) e Laís Leite (MPB), se apresentaram ao público.



### I Encontro Magistratura e Equidade de Gênero

O vice-presidente da Ajufe na 5ª Região, Júlio Coelho, participou do “I Encontro Magistratura e Equidade de Gênero – Perspectivas e desafios na 5ª Região”, no dia 18 de outubro de 2018, em Pernambuco. O debate, que ocorreu na sede do TRF5, foi promovido pela Associação dos Juízes Federais da 5ª Região (REJUFE). O objetivo do encontro foi debater estratégias e desafios diante da busca pela equidade de gênero e os reflexos do tema no contexto da magistratura.



### Homenagem em Macaé

A juíza federal Mônica Lúcia do Nascimento foi homenageada, em agosto de 2018, pela Câmara Municipal de Macaé (RJ) pelos relevantes serviços sociais que presta à cidade. Participaram da cerimônia o presidente da Câmara Municipal da cidade, Eduardo Cardoso, e o presidente da Comissão de Prerrogativas da OAB/Macaé, Márcio Jerônimo da Silva.



### Participação feminina no Poder Judiciário

A vice-presidente da Ajufe na 4ª Região, Patrícia Panasolo, participou de encontro, em outubro de 2018, com o presidente do STF, Dias Toffoli. Além da representante da Ajufe, estiveram presentes as conselheiras do CNJ, Daldice Santana e Iracema Vale. A pauta da reunião foi a participação feminina na magistratura, diante da Resolução nº 255 do CNJ, que instituiu a política nacional de incentivo à participação feminina no Poder Judiciário e criou um grupo de trabalho para elaborar estudos, analisar cenários e eventos de capacitação e diálogo com os tribunais a fim de incentivar a participação das mulheres no Poder Judiciário.



## Capacitação em Direito Migratório

Juízes federais de regiões fronteiriças ou que acolhem migrantes participaram, em dezembro de 2018, da oficina de capacitação, promovida pela Ajufe e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), da ONU, com o tema “Direito Migratório - Aprimorando capacidades de resposta da Justiça Federal no contexto do fluxo de venezuelanos”, no CJF, em Brasília.



Esta foi a segunda capacitação promovida pelas instituições. Em outubro do mesmo ano, 20 juízes federais associados da Ajufe participaram do curso à distância (EaD): “Uma introdução às migrações internacionais no Brasil contemporâneo”, produzido pela OIM em parceria com a Escola Superior da Defensoria Pública da União.

## Conferência sobre perspectivas de gênero na atividade judicial

A Comissão AJUFE Mulheres, em parceria com a EMAG e a Justiça Federal, promoveu, em fevereiro de 2019, a conferência “Perspectivas de Gênero na Atividade Judicial”. A convidada foi a Baronesa Helena Kennedy, diretora da International Bar Association’s Human Rights Institute (IBAHRI).



## Participação feminina na Magistratura Federal

No Dia Internacional da Mulher, 8 de março de 2019, a Comissão AJUFE Mulheres apresentou sua segunda Nota Técnica, que analisou a participação feminina em diversas etapas da carreira da Magistratura Federal desde as inscrições nos concursos de ingresso, até promoções para os Tribunais, passando por convocações e composição de bancas de concurso.

A nota foi elaborada a partir de dados enviados pelos cinco TRFs ao CJF, atendendo a um requerimento formulado pela Ajufe. As informações prestadas pelos tribunais foram analisadas pela pesquisadora Veridiana Campos, doutora em Sociologia, cujo relatório subsidiou as proposições da Comissão.



### 3º Seminário Mulheres no Sistema de Justiça

Em abril de 2019, a Ajufe realizou a terceira edição do “Seminário Mulheres no Sistema de Justiça - Trajetórias e Desafios”, no auditório do CJF, em Brasília. A diretora social da Ajufe, Aline Miranda, representou a entidade na abertura.

O Seminário contou com a participação da conselheira do CNJ, Maria Tereza Uille Gomes, do ministro do STJ, Sebastião Reis Júnior, da secretária-geral da Enfam, Cíntia Brunetta, a então coordenadora da Comissão AJUFE Mulheres e do Seminário, Gabriela Azevedo Campos Sales. E ainda teve participações das professoras Flávia Biroli, Maria da Glória Bonelli, Fabiana Luci, da diretora do Foro da SJSC, Claudia Dadiço, da juíza federal Tani Maria Wurster, da secretária-geral do CJF, Simone Lemos, e da juíza federal Madja de Sousa Moura.

No encerramento, os participantes formaram grupos para criar propostas para o combate à desigualdade de gênero, com dois principais eixos: Mulheres no Poder Judiciário e Gênero e Direitos na Atividade Jurisdicional. No final, as propostas apresentadas em plenária.

### Juízas federais Integrantes e apoiadoras da Comissão Ajufe Mulheres coordenam oficinas no curso da ENFAM sobre desafios da carreira para juízas

As juízas federais Priscilla Corrêa, Camila Pullin, Luciana Ortiz, Maria Cândida Carvalho Monteiro de Almeida, Alcioni Escobar e Adriana Alves dos Santos Cruz, que integram ou apoiam a Comissão AJUFE Mulheres, coordenaram oficinas temáticas do Curso Nacional “A Mulher Juíza – Desafios na carreira e atuação pela igualdade de gênero”, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). O evento tinha como objetivo discutir o cenário atual do Poder Judiciário no que diz respeito às questões de gênero. Durante a programação, que ocorreu em maio de 2019, quatro oficinas propuseram o debate sobre representatividade e gênero.



## Direitos Humanos no enfrentamento à discriminação de gênero, de raça, por orientação sexual e em face dos povos indígenas

A Escola da Magistratura AJURIS, em parceria com a Ajufe, realizou o curso “Discriminação nas Américas: as experiências norte-americanas e da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos”, em junho de 2019, em Porto Alegre (RS). O curso teve a coordenação dos desembargadores federais Roger Raupp Rios (membro da Comissão AJUFE Mulheres), Jayme Weingartner Neto e do juiz federal Marcelo Cardozo da Silva.



### I FONADIRH

Em junho de 2019, a gestão estreou o 1º Fórum Nacional dos Direitos Humanos da Ajufe (FONADIRH) com mais de 200 pessoas na abertura em São Paulo (SP). O evento busca discutir temas voltados aos Direitos Humanos no cenário contemporâneo, como as questões das migrações, refugiados e direitos sociais. Para a abertura foram convidados a conselheira do CNJ, Maria Tereza Uille, a então presidente do TRF3, Therezinha Cazerta, o diretor da Open Society Foundations, Pedro Abramoway, e a diretora da Human Rights Watch, Maria Laura Canineu, e o ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

No segundo dia, o evento abordou os direitos humanos na era digital, ética judicial, desafios, entre outros. No encerramento foi debatida a questão das migrações e refugiados. O Fórum resultou na proposição de 51 enunciados e 3 recomendações, além da Carta de São Paulo.



### Agenda 2030 da ONU: Ajufe resalta importância da igualdade de gênero

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, a vice-presidente na 4ª Região, Patrícia Panasolo, e a juíza federal Tani Maria, que integra a Comissão Ajufe Mulheres, participaram, em agosto de 2019, do 1º Encontro Ibero-Americano Agenda 2030 no Poder Judiciário, em Curitiba (PR). O evento pretendeu discutir a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU. Dentre esses objetivos, o de número 5 é “-alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.”

Na oportunidade, a Ajufe entregou ao Presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, um requerimento visando a adoção de medidas para promoção de igualdade de gênero no Poder Judiciário. As medidas foram extraídas da Carta de Brasília, aprovada ao final do “III Seminário Mulheres no Sistema de Justiça: Trajetórias e Desafios”, bem como constam da Nota Técnica nº 2, publicada pela Comissão AJUFE Mulheres, em 2019.



### Curso sobre o cumprimento da Agenda 2030

Ocorreu, no início de dezembro de 2019, o curso internacional “Liderança para um Futuro Sustentável”, na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília. Magistrados federais de todo o país participam do evento que pretendeu debater o quadro de lideranças dos órgãos sobre o que há de mais atual em matéria de sustentabilidade. A Juíza Federal e Secretária-Geral do CJF, Simone dos Santos Lemos Fernandes, a diretora do Foro da SJSP, Luciana Ortiz, o juiz federal Bruno Apolinário, e as juízas federais Priscilla Corrêa (JFRJ), Kátia Herminia (JFSP) e Daniela Cavalheiro (JFRS), estiveram presentes no evento.



## Banco de decisões judiciais em Direitos Humanos

A Ajufe lançou em dezembro de 2019 um banco de decisões judiciais relevantes que abordam temas relativos à defesa de Direitos Humanos. A iniciativa começou com 20 decisões que abordavam temas como o pagamento de dano moral por perseguição política durante a ditadura militar, direitos da população LGBT, discriminação virtual, reconhecimento de apatridia, proteção de sítios sagrados para comunidades indígenas, dentre outros. Como destaque, o Banco apresenta, em seu espaço de honra, a decisão histórica sobre o caso da tortura e morte do jornalista Vladimir Herzog, de autoria do desembargador federal aposentado da 3ª Região, Márcio José Moraes. O projeto foi pensado na 1ª edição do Fonadirh, com a aprovação dele na Carta escrita pelos participantes ao final do evento, tendo como objetivo contribuir com a defesa do estado democrático de direito e dos Direitos Humanos, ambos objetivos estatutários da Associação. Marcado com eles



## Meta 9 do CNJ

A Ajufe formou uma Comissão que acompanha a implementação da Meta 9 do CNJ, que torna transparente e eficiente a litigância que afeta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (Agenda 2030) e induz a criação de planos de ação que previnam litigiosidade e tragam efetividade aos referidos processos judiciais. A Comissão tem o objetivo de produzir uma Nota Técnica apontando sugestões para o aperfeiçoamento e concretização da meta, bem como produzir outras ações e conteúdo.



## 1º Ciclo Internacional de Direitos Humanos

Em fevereiro de 2020, A Ajufe realizou o I Ciclo Internacional de Direitos Humanos, em Nova York (EUA). O evento buscou a promoção de debates sobre questões voltadas aos Direitos Humanos, avançando recomendações e ações já em andamento, além de discutir políticas para o cumprimento da Agenda 2030 das Nações Unidas. Durante cinco dias, representantes da magistratura federal e de diversas organizações nacionais e mundiais falaram sobre segurança pública, desafios relacionados à desigualdade social e econômica e políticas antidiscriminatórias.



### Ajufe por um Mundo Melhor

O projeto “Ajufe por um Mundo Melhor” encerrou o ano de 2019 oferecendo 4.991 cursos online aos apenados do sistema prisional. A parceria entre a Ajufe e o Instituto Mundo Melhor prevê a destinação de valores de contas de prestação pecuniária para aquisição de diversos materiais, visando a instalação de salas virtuais de aprendizagem em unidades penais em todo o país. Tais cursos podem ser utilizados como remição de pena.

2019 – No presídio masculino de Canhanduba, em Itajaí (SC), mais de 2.500 cursos foram realizados. A penitenciária central de Piraraquara, no Paraná, também recebeu mais de 2 mil capacitações. O Centro de Reintegração Feminina de Foz do Iguaçu (PR) e outros três presídios também foram contemplados com o projeto.

2020 – Em São Luís (MA) o projeto espera alcançar ao menos 1.500 pessoas no primeiro ano de parceria. Desde janeiro, foram iniciadas as primeiras turmas, com mais de 100 certificações na fase inicial de implantação. O ex-presidente da Ajufe, Roberto Veloso, o juiz federal Rafael Wolff e o secretário de Estado da Administração Penitenciária, Murilo Andrade de Oliveira participaram de uma das cerimônias de entrega das certificações.

### Missão do Brasil junto às Nações Unidas

Os associados da Ajufe, ainda em fevereiro de 2020, visitaram a sede da Missão do Brasil junto às Nações Unidas. O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, e a conselheira do CNJ, Maria Tereza Uille, acompanharam a programação.

Os magistrados foram recebidos pelo embaixador da missão, João Genésio de Almeida Filho, e o representante permanente do Brasil junto à ONU, Ronaldo Costa Filho. Durante a programação científica, a conselheira Maria Tereza, a juíza federal Priscilla Corrêa, Luciana Lepri (Global Forum) e Isadora Steffens (OIM) debateram a importância da integração do sistema de justiça brasileiro com a Agenda 2030 da ONU e quais os desafios e interseções possíveis.



## Mulheres na magistratura brasileira: debate em Nova York

A juíza federal Adriana Cruz, da 5ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, trouxe à luz o debate sobre a baixa participação das mulheres na magistratura brasileira, em especial as negras. A magistrada falou sobre a composição racial da população brasileira, racismo institucional e estrutural e destacou as iniciativas da Comissão AJUFE Mulheres nos últimos três anos. Dentre elas, o estudo que retrata o perfil das mulheres que atuam na magistratura federal. A palestra ocorreu na Columbia Law School e contou com a presença de alunos e do Dean Adam Kolker. Cerca de 30 juízas e juizes brasileiros participaram do evento.



## Debates sobre a participação feminina no Poder Judiciário

A Comissão AJUFE Mulheres realizou, durante o mês de março de 2020, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, uma série de encontros para debater a situação da representatividade feminina no Poder Judiciário. As atividades foram realizadas nos Tribunais Regionais Federais e em várias Seções Judiciárias do país. Em cada local, foi exibido o documentário "A Juíza", que retrata a trajetória da ministra da Suprema Corte dos Estados Unidos, Ruth Bader Ginsburg.



## Debate sobre Direitos Humanos e políticas criminais

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, o diretor jurídico Marcelo Micheloti, e o ex-presidente da Ajufe, Roberto Veloso, participaram, em março de 2020, da mostra de painéis "Direitos Humanos e Política Criminal", promovida pelo STJ.



## 1º Webinar debate impacto do distanciamento social nas mulheres

A Comissão AJUFE Mulheres promoveu, em abril de 2020, o 1º Webinar "Perspectivas de Gênero e Pandemia - Desigualdades e distanciamento social: gênero, trabalho precarizado e acesso à saúde", no Youtube da Ajufe. O debate contou com a participação da presidente da Anamatra, juíza Noemia Porto, a jornalista Flávia Oliveira, e a presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Luiza Batista. A mediação ficou a cargo da coordenadora da Comissão, juíza federal Tani Wurster. Durante o Webinar, as convidadas falaram sobre gênero, mercado e trabalho precarizado.



## 2º Webinar debate divisão sexual do trabalho e cuidado na quarentena

Ainda em abril de 2020, a Comissão AJUFE Mulheres deu continuidade ao projeto “Webinar Perspectivas de Gênero e Pandemia”. Desta vez, o debate foi voltado para o fato de as mulheres serem as principais responsáveis pelos cuidados das crianças e doentes o que gera impactos diferenciados em contextos de distanciamento social.

O debate foi transmitido no canal da Ajufe no Youtube. Para discutir o tema foram convidadas a professora da UNB, Flávia Biroli, a advogada e professora da Universidade Federal do Paraná, Melina Fachin, a professora da Universidade LaSalle, Tatiana Vargas Maia, e a vice-presidente do Conselho Federal de Enfermagem, Nádia Mattos Ramalho. A mediação ficou por conta do desembargador federal Roger Raupp Rios.



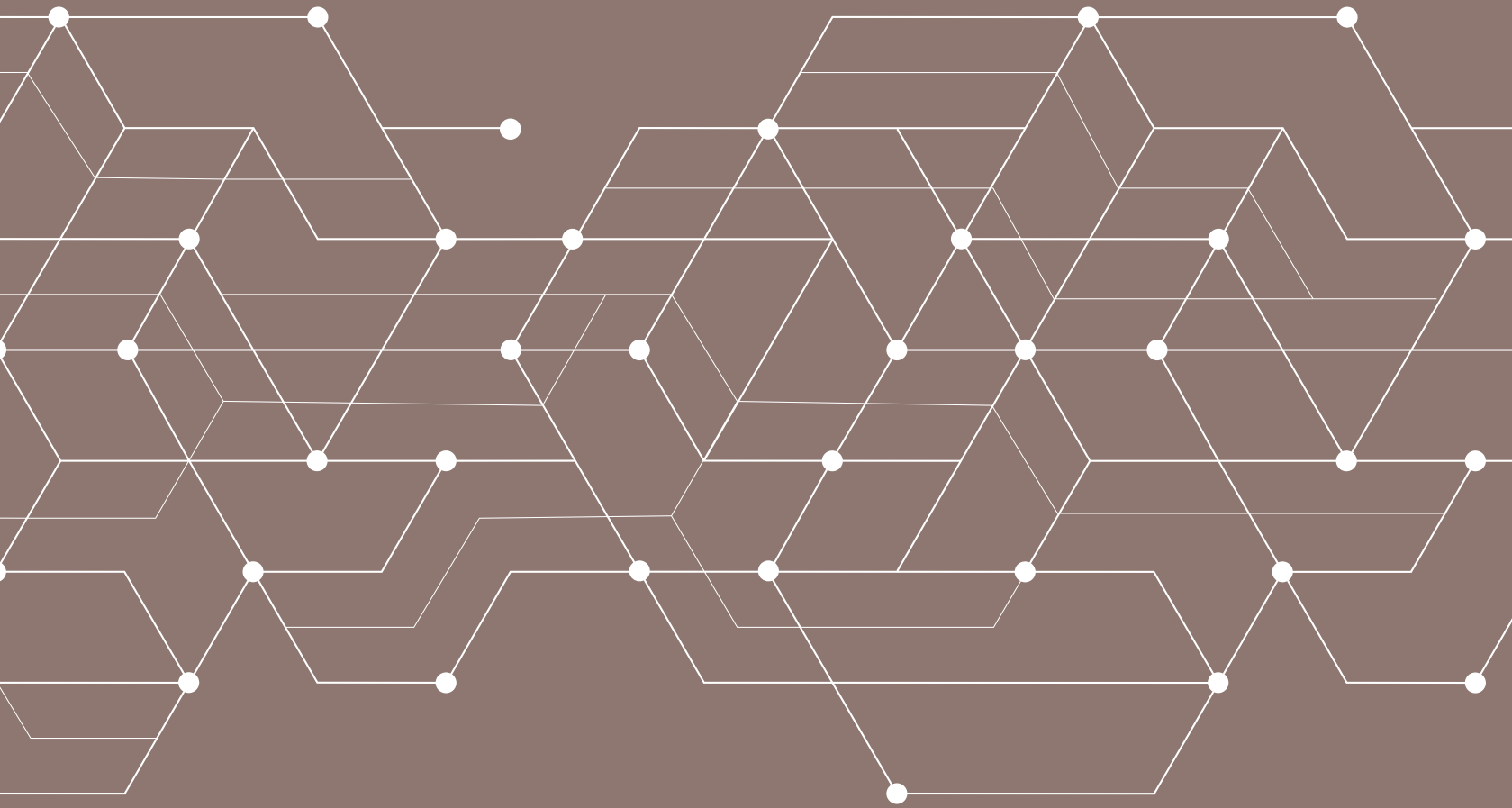
## II FONADIRH

No mês de maio de 2020, ocorreu a 2ª edição do Fórum Nacional de Direitos Humanos da Ajufe (FONADIRH). Pela primeira vez, o evento foi totalmente online, diante da necessidade de isolamento social (em decorrência da pandemia da COVID-19). A edição contou com oito sessões de debates sobre a garantia do acesso à Justiça diante da pandemia; questões sobre direito penal e encarceramento, migrações e refúgio, colapso ambiental, equidade no acesso à saúde, entre outros. A transmissão ocorreu ao vivo pelos canais da Ajufe no Youtube e no Facebook.

Entre os convidados estiveram ministros do STJ, desembargadores federais, juízes e juízas federais, professoras e professores universitários, além de representantes de entidades nacionais e internacionais que defendem os Direitos Humanos.



# Eventos e Debates



Inovação foi a palavra de ordem nos eventos promovidos pela diretoria do biênio 2018-2020. Além de dar continuidade aos fóruns e eventos já conhecidos, a gestão criou o Fórum de Direitos Humanos da Ajufe (FONADIRH) e permitiu ainda maior interação virtual a partir do aplicativo Ajufe. No XV Fonajef, os associados, mesmo sem ter ido presencialmente ao evento, puderam participar da discussão de propostas de enunciados, alterações legislativas, recomendações e sugestões no âmbito dos Juizados Especiais Federais (JEFs).

A crise de saúde gerada com a pandemia do novo coronavírus ainda transformou o período final da atual gestão, que teve que adaptar-se para garantir o espaço de discussão com inovação e acessibilidade, criando webinars, debates e eventos virtuais que tiveram grande repercussão em toda a sociedade.

### **Seminário de Direito Eleitoral: Reforma e Crise Política, Desafios da Justiça Eleitoral**

A Ajufe realizou, em junho de 2018, o I Seminário de Direito Eleitoral “Reforma e Crise Política: Desafio da Justiça Eleitoral”, em São Luís (MA). O ex-presidente da Ajufe e coordenador científico do evento, Roberto Veloso, foi convidado para falar sobre inelegibilidade. O evento encerrou com aula magna proferida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luiz Fux, com o tema “Papel da Justiça Eleitoral para a Manutenção da Democracia”.



### **Seminário de Direito Amazônico**

A Ajufe foi representada pelo diretor cultural, Ilan Presser, no II Seminário de Direito Amazônico que abordou o tema “A atuação judicial nas demandas que envolvem populações tradicionais e o meio ambiente”. O evento ocorreu nos dias 26 a 28 de julho, na Vila de Alter do Chão, no Pará (PA), e foi uma realização da Associação dos Juízes Federais da 1ª Região (Ajufe), em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e a Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico.



O objetivo do seminário foi capacitar os magistrados para que atuem de forma consciente na região, levando em conta a jurisdição federal ambiental e a inter-relação entre o meio ambiente natural e cultural. Os temas discutidos estavam relacionados aos impactos sociais, econômicos e ambientais que a tomada de decisões dos juízes pode ter na região.

### **Ciclo de Palestras AJUFE: Transição de Regimes Previdenciários**

Em julho de 2018, a Ajufe promoveu o Ciclo de Palestras Ajufe “Transição de Regimes Previdenciários: a Lei nº 12.618/2012 e suas implicações”, no auditório do Conselho da Justiça Federal, em Brasília (DF). Ao longo de um dia, magistrados e profissionais envolvidos com as opções de Migração de Regime Previdenciário debateram quais as vantagens e desvantagens de adesão ao plano. Dentre os temas debatidos estiveram contagem de tempo, bases de cálculo para contribuição paritária, riscos de judicialização, natureza jurídica do benefício especial, segurança jurídica, e o funcionamento da Funpresp-JUD.



## II Fórum Nacional da Concorrência e da Regulação - FONACRE

O 2º Fórum Nacional da Concorrência e da Regulação (FONACRE), promovido pela Associação dos Juizes Federais (Ajufe) em agosto de 2018, em Campinas (SP), foi marcado pela votação em plenária dos enunciados e recomendações discutidas pelos grupos de estudo, a fim de auxiliar na atuação dos juizes federais.

Dentre os temas dos enunciados e das recomendações apresentados, os magistrados debateram acerca de intervenção judicial, regulação na Internet, no Setor Elétrico e no Setor de Combustíveis, de maneira que os juizes possam deferir tutelas que restabeleçam a juridicidade violada com o menor grau de impacto interventivo possível, sempre com a preocupação para as consequências políticas, econômicas e concorrenciais. A plenária encerrou com a aprovação de 12 enunciados e 11 recomendações.



## Seminário da Unafisco Nacional

A Unafisco Nacional discutiu os desafios do governo de Jair Bolsonaro, no que dizia respeito à justiça fiscal, combate à sonegação e à corrupção, em seminário que ocorreu em São Paulo, em agosto de 2018. O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou do evento e mediou o painel que discutiu a Reforma Previdenciária.



## Seminário Precatórios - Atualidades e Perspectivas

Também em agosto de 2018, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, foi um dos painelistas do Seminário "Precatórios - Atualidades e Perspectivas", promovido pelo Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). O evento reuniu autoridades das três esferas de governo para debater o tema, com o objetivo de medir efeitos práticos e atuação dos tribunais na gestão dos precatórios e no controle e fiscalização dos pagamentos. Durante a exposição, o presidente da Ajufe fez uma análise sobre precatórios na Justiça Federal.



## IX Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou da abertura do “IX Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal”, no Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília (DF). Para o presidente da Ajufe, o evento, realizado em setembro de 2018, é de extrema importância, principalmente diante de tamanha violência atualmente vivida pelos brasileiros.



## II Jornada de Direito Processual Civil

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou da mesa de abertura da II Jornada de Direito Processual Civil, no Conselho de Justiça Federal (CJF), em setembro de 2018, em Brasília. O evento, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF), teve o objetivo de padronizar posições interpretativas sobre o Código de Processo Civil vigente, adequando-as às inovações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais, a partir do debate entre profissionais do Direito e especialistas em Direito Processual.



## VII Fórum Nacional dos Juízes Federais Criminais – FONACRIM

A sétima edição do Fórum Nacional dos Juízes Federais Criminais, realizado pela Ajufe, encerrou com a aprovação de enunciados e recomendações em plenária. As propostas foram apresentadas pelos magistrados federais que participaram do evento, entre os dias 25 e 27 de setembro de 2018, em Brasília (DF). Dentre os temas aprovados estão a virtualização obrigatória e prioritária dos processos que envolvem a corrupção na Justiça Federal, normas relacionadas ao cumprimento de ordem judicial pelas empresas que prestam serviço em território nacional e entrega de documentos em formato digital.



### Seminário “Direito, Justiça e Arte – influências recíprocas”

O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) realizou, com o apoio da Ajufe, o seminário “Direito, Justiça e Arte – influências recíprocas”. O evento ocorreu em setembro de 2018, na sede do CJF, em Brasília (DF). O objetivo do seminário foi estimular a percepção de como as diversas modalidades artísticas influenciam a formação do Direito e a aplicação das normas jurídicas, ao mesmo tempo que são influenciadas por elas.



### Livro - 30 anos da Constituição Federal

Em outubro de 2018, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, o diretor Cultural, Ilan Presser, e o diretor de assuntos Jurídicos, Marcelo Micheloti, foram ao lançamento da obra “Comentários à Constituição do Brasil”, livro com a coordenação do ministro Gilmar Mendes e dos professores J.J. Gomes Canotilho, Ingo Sarlet, Lenio Streck e Léo Ferreira Leony.



### Sessão Solene - 30 anos da Constituição Federal

O vice-presidente da Ajufe na 1ª Região, Newton Ramos, o diretor de assuntos jurídicos, Marcelo Micheloti, e o diretor cultural, Ilan Presser, participaram da sessão solene que celebrou os 30 anos da Constituição Federal de 1988, em outubro de 2018. A cerimônia ocorreu no Supremo Tribunal Federal. Durante discurso, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, frisou a importância da Constituição Federal para garantir autonomia e independência ao Poder Judiciário.



## XV Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF

A 15ª edição do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais chegou ao fim com a aprovação em plenária dos enunciados, alterações legislativas e recomendações formulados pelos grupos de trabalho. O evento, que foi realizado em outubro de 2018, em Foz do Iguaçu (PR), contou com discussões importantes sobre a gestão e o processo de inovação nos Juizados Especiais Federais (JEFs).

A inovação desta edição permitiu que os participantes pudessem enviar propostas de enunciados, alterações legislativas e recomendações antes mesmo do Fórum. E magistrados que não puderam ir a Foz do Iguaçu também participaram do processo por meio do aplicativo da Ajufe disponível para iOS e Android. A publicação com as sugestões aprovadas será divulgada no fim deste mês, após uma nova avaliação dos juízes federais.

## 1º Seminário de Processo Civil AJUFE/IBDP

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, encerrou o ciclo de debates do 1º Seminário de Processo Civil AJUFE/IBDP. Durante dois dias, os participantes do evento puderam discutir a questão dos julgamentos repetitivos e seus impactos na Justiça Federal. Durante a conferência final, o ministro João Otávio de Noronha abordou aspectos técnicos do Código de Processo Civil e destacou a importância do julgamento eficaz. “Existem processos que precisam ser decididos com calma, mas com um grau mínimo de segurança e celeridade. O julgamento de demandas repetidas pode até reduzir o número de processos, mas a qualidade para o todo é ruim”, destacou. O seminário foi realizado em outubro de 2018.



### Colóquio sobre Direito Ambiental

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou, em outubro de 2018, da abertura do 2º Colóquio de Jurisprudência Comparada entre o Superior Tribunal de Justiça do Brasil e a Corte de Cassação da França: Direito Ambiental, em Brasília. A mesa de abertura foi composta pela ministra Maria Thereza de Assis Moura, vice-presidente STJ, e pelo ministro Herman Benjamin, Diretor da ENFAM.



### II Semana de Consciência

Com o objetivo de debater a importância da igualdade racial, a Ajufe promoveu, em novembro de 2018, a 2ª Semana da Consciência Negra. O ciclo de discussões contou com a participação de magistrados, acadêmicos, militantes e representantes de religiões de matrizes africanas. Por meio de uma roda de debates, transmitida pelas redes sociais da Ajufe, os convidados falaram da necessidade de superação da desigualdade racial existente na sociedade. O evento também discutiu as decisões da Justiça Federal, refletindo a conjuntura político racial do Brasil. Sob a mediação do diretor da Ajufe, Antônio José, e da juíza federal, Alcioni Escobar, internautas ainda tiveram suas participações registradas.



#### IV Fórum Nacional de Execução Fiscal – FONEF

Os participantes do IV Fórum Nacional de Execução Fiscal, que ocorreu novembro de 2018, em São Paulo (SP), aprovaram enunciados e recomendações que visam a melhor eficiência das Varas de Execução Fiscal existentes no país. Dentre as propostas aprovadas estão o aumento do investimento em tecnologia para diminuir o acervo das execuções fiscais e o compartilhamento de boas práticas.

Durante três dias, juízes, procuradores e advogados que estiveram presentes no Fórum discutiram as garantias do crédito tributário no processo administrativo e na execução fiscal, negócios jurídicos processuais, resultados do novo RDCC e o uso da tecnologia na execução fiscal. Ao fim do evento, além dos enunciados e recomendações, os magistrados aprovaram a Carta de São Paulo, que reforça o debate sobre a uniformização e eficiência dos procedimentos relacionados à execução fiscal, visando a celeridade e qualidade na tramitação da cobrança dos executivos fiscais.



#### II Seminário Macrocriminalidade - Reflexões sobre Prevenção, Compliance, Investigação, Acusação, Processo, Contraditório e Sanções

O II Seminário Macrocriminalidade contou com a participação de várias autoridades, incluindo os presidentes do STF e STJ. No encerramento, o coordenador científico do evento e juiz federal, Rodrigo Pessoa, o diretor do Foro da SJMG, André Prado, e o procurador do MPMG, Jarbas Soares Júnior, agradeceram a participação dos mais de 400 juristas, estudantes e advogados presentes para o aprimoramento do debate sobre o combate ao crime. O II Seminário Macrocriminalidade contou com a participação de várias autoridades, incluindo os presidentes do STF e STJ.



### Fórum “Legislação e o Tráfico de Espécies Silvestres”

Ocorreu em maio de 2019, em São Paulo, o Fórum “Legislação e o Tráfico de Espécies Silvestres”, promovido pela FREELAND em parceria com a AJUFE e outras entidades, como o Ministério Público Federal, Ministério Público, Justiça Federal e Estadual, e a Polícia Federal. Especialistas de instituições nacionais e estrangeiras participaram do evento, que discutiu a tipificação penal nos crimes contra a fauna e implicações legais e ecológicas desses delitos, entre outros.

Ao final do evento, os participantes se reuniram em grupos de trabalho para discutir os assuntos abordados. Pela Ajufe participam o diretor cultural Ilan Presser, a diretora Vera Lucia Rocha Souza Jucovsky, que coordena a Comissão Sociambiental da associação, e os juízes federais Iorio Siqueira e Vicente Junior, que integram o grupo.



### 1º Seminário Nacional da FRENTAS sobre Direito e Democracia

Na abertura do I Seminário da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) sobre direito e democracia, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, destacou a importância do evento para fortalecer e valorizar as carreiras.

“A gente precisa construir uma agenda positiva e a gente precisa ter uma magistratura valorizada e independente. Quando a magistratura é colocada como inimiga, como responsável pelas mazelas do país, entramos em um terreno muito difícil. Mas eu acho que com essa união, essa reflexão e esse debate nós podemos caminhar e sair ainda mais fortalecidos. O seminário é importante para fazermos essa reflexão e construirmos essa agenda positiva em torno da magistratura brasileira”, avaliou Mendes.

Além de representantes das nove entidades que compõem a Frentas, a cerimônia contou com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, do corregedor nacional de Justiça, Humberto Martins, e de parlamentares.



## Seminário Internacional Lei Geral de Proteção de Dados: a caminho da efetividade

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), com o apoio da Ajufe, promoveu, em maio de 2019, o “Seminário Internacional Lei Geral de Proteção de Dados: a caminho da efetividade”, em parceria com o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF), o Centro de Direito, Internet e Sociedade do Instituto Brasiliense de Direito Público (Cedis/IDP) e a FGV Projetos.

Durante o seminário, foram promovidos debates com os passos necessários para a implementação efetiva da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), por meio da análise dos institutos mais importantes incorporados ao ordenamento jurídico pátrio, e identificados os pontos com maior probabilidade de geração de demandas nos tribunais acerca de sua interpretação.



## III Fórum Nacional da Concorrência e da Regulação – FONACRE

Nos debates do 3º Fórum Nacional da Concorrência e da Regulação, realizados em maio de 2019, especialistas falaram sobre temas como “Poder Judiciário e Agências Reguladoras: Desafios e Experiências” e “Liberdade econômica”.

O evento contou ainda com painéis sobre devedor contumaz e regulação de infraestrutura. Durante as discussões, os palestrantes defenderam, entre outros temas, a aprovação do Projeto de Lei 284/2017, que caracteriza o devedor contumaz e prevê critérios especiais de tributação para prevenir o desequilíbrio concorrencial. O debate em torno da regulação de infraestrutura também movimentou o 3º Fonacre.



### III Congresso Brasileiro da Magistratura e do Ministério Público para o Meio Ambiente

Entre os dias 07 e 09 de agosto de 2019, os diretores da Ajufe Ilan Presser e Vera Lucia Rocha Souza Jucovsky participaram do III Congresso Brasileiro da Magistratura e do Ministério Público para o Meio Ambiente, realizado na cidade de Araxá (MG). O evento, promovido pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), com apoio da Ajufe, contou com palestras, painéis, apresentações de teses e estudos de caso sob o tema central: "Proteção Ambiental: a missão garantidora do Poder Judiciário e do Ministério Público - histórico, tendências e perspectivas".



### I Curso de Direito Aeronáutico

A Ajufe realizou, em julho de 2019, o "Curso Direito Aeronáutico", com o apoio da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e da Força Aérea Brasileira (FAB), no Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA), em Brasília.

O objetivo do encontro foi debater questões atuais do Direito Aeronáutico com o Poder Judiciário, em formato de palestras, painéis e visitas técnicas a laboratórios de investigação de acidentes aeronáuticos e centros de controle de tráfego aéreo, por meio do CENIPA (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos) e do CINDACTA (Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo).



## IV Fórum Nacional de Administração e Gestão Estratégica – FONAGE

O IV FONAGE, promovido pela Ajufe em setembro de 2019, discutiu propostas que foram fruto dos trabalhos desenvolvidos nas oficinas de inovação e nos lounges de discussão do Fórum, que debateram a efetividade da Justiça, gestão, qualidade e integração de dados; transparência e democratização no Judiciário Federal; e, ainda, políticas de inclusão, acesso à Justiça e prevenção de litígios. Soluções inovadoras para superar as dificuldades orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 foram debatidas pela reunião da Rede de Diretores do Foro – Rede Dirfo.

O Fórum chegou ao fim com a aprovação da Carta de Vitória e de oito recomendações que foram encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal e Tribunais Regionais Federais. No contexto do IV Fonage, ainda, foi realizada a entrega IV Prêmio Ajufe Boas Práticas de Gestão.



## Seminário Declaração de Direitos de Liberdade Econômica – Debates sobre a MP 881

Em agosto de 2019, o vice-presidente da Ajufe na 1ª Região, Newton Ramos, representou a associação durante a abertura do Seminário Declaração de Direitos de Liberdade Econômica – Debates sobre a MP 881, realizado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O evento analisou as mudanças propostas pela Medida Provisória 881/2019, editada em abril de 2019, cujo texto é conhecido como a “MP da liberdade econômica”.



### Seminário Internacional “A Livre Concorrência e os Tribunais Brasileiros”

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou, em outubro de 2019, da abertura do 1º Seminário Internacional “A Livre Concorrência e os Tribunais Brasileiros”, promovido pela Ajufesp, em parceria com a Ajufe, a EMAG, o IBRAC (Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional) e o Cedes (Centro de Estudos de Direito Econômico e Social). Mendes compôs a mesa de abertura ao lado dos presidentes da Ajufesp, juiz Otávio Henrique Martins Port, do Ibrac, Marcio Bueno, e do Cedes, João Grandino Rodas, e do diretor da Emag, desembargador José Lunardelli.

O evento, que ocorreu na Escola dos Magistrados do TRF3, em São Paulo, discutiu os principais temas enfrentados pelo Poder Judiciário em matéria de direito concorrencial, por meio da análise de experiência dos profissionais atuantes na área e de toda jurisprudência levantada sobre a matéria pelo Comitê de Contencioso Econômico do IBRAC.



### III Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros (Enajun)

Em novembro de 2019, ocorreu o III Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros (Enajun), um evento apoiado pela Ajufe, que não é exclusivo para magistrados negros, mas para toda a Magistratura, o sistema de Justiça e a sociedade, com o intuito de fomentar a reflexão sobre a representatividade, questão racial, democracia. O encontro ocorreu no auditório do TRE, em Brasília, e teve a participação na mesa de abertura do diretor da Ajufe, Antônio José de Carvalho Araújo.

Participaram do evento o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, a delegada da Ajufe em Alagoas, Camila Pullin, o delegado da Ajufe em Goiás, Eduardo Pereira, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Reynaldo da Fonseca, as desembargadoras do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Neuza Alves e Daniele Maranhão, e as juízas federais Mara Lina e Priscilla Corrêa.



### **IX Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade**

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, falou sobre os riscos da reformulação que a Agência Nacional de Energia Elétrica pretende fazer na regulamentação para a mini e micro geração de energia durante o IX Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade, em Balneário Camboriú, a convite do professor Juarez Freitas.

Durante palestra, Mendes abordou as ações da Justiça Federal para implementar o objetivo de desenvolvimento sustentável da ONU nº 7, que pretende assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos até 2030. O evento ocorreu em outubro de 2019.



### **Seminário “A Magistratura do Futuro”**

Em novembro de 2019, o vice-presidente da Ajufe na 1ª Região, Newton Ramos, participou do Seminário “A Magistratura do Futuro”, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça. O evento tinha o objetivo de promover o debate acerca do surgimento de novos desafios e oportunidades futuras relacionadas ao exercício da magistratura.



### **Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal**

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou, em novembro de 2019, da abertura do X Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal, no Conselho da Justiça Federal. O evento, que contou com o apoio da Ajufe e do Depen, reuniu diversos atores do sistema carcerário federal com objetivo de debater e apresentar soluções para estabelecer uma comunicação recíproca e aprofundar conhecimento sobre a realidade dos diferentes órgãos que cuidam da execução penal no âmbito federal.



## XVI Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF

A 16ª edição do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais, ocorrida em dezembro de 2019, aprovou 17 enunciados e recomendações, além da Carta de São Paulo, formulados pelos grupos de trabalho desenvolvidos durante o evento. O FONAJEF contou com importantes painéis que debateram os desafios e soluções para o excesso de processos nos Juizados Especiais Federais, além de discutir a importância da desjudicialização, aposentadoria especial, cumprimento de ADIs nos planos econômicos, entre outros.

Durante três dias, os participantes puderam refletir essas questões e, ao fim do evento, reuniram-se em sete grupos de trabalho para propor enunciados e recomendações aos temas propostos. Em plenária, no último dia, as sugestões dos grupos resultaram na aprovação de 8 e 9 recomendações, além de alterações de dois enunciados antigos, aprovados em outras edições do FONAJEF.



## Enastic 4.0 – Desmaterializar para exponencializar

A Ajufe, em parceria com a Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB/DF), realizou o evento “Enastic 4.0 – Desmaterializar para Exponencializar”, no auditório do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília.

Na abertura, representando a associação, o presidente Fernando Mendes destacou a importância da entidade em apoiar um evento que busque avanços para a melhoria do serviço no Poder Judiciário. “Um evento sobre essa temática, no momento em que a Justiça Federal precisa cada vez mais se desenvolver no âmbito tecnológico, como forma de garantir uma prestação jurisdicional mais célere em uma realidade orçamentária cada vez mais difícil, é de fundamental importância”, explicou. O seminário ocorreu em novembro de 2019.



### **XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário**

Também em novembro de 2019, o presidente Fernando Mendes representou a Ajufe no encerramento do XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Maceió (AL). O evento, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, reuniu presidentes de tribunais, corregedores, membros de associações, entre outros. O objetivo do Encontro foi a aprovação das Metas do Poder Judiciário para 2020 e os macrodesafios do Judiciário para o período 2021-2026.



### **2º Seminário Nacional de Justiça Restaurativa**

Entre os dias 09 e 10 de dezembro de 2019, ocorreu o 2º Seminário Nacional de Justiça Restaurativa, realizado em Salvador (BA). O evento, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, teve o objetivo de incrementar o intercâmbio de experiências e ideias implantadas nos tribunais brasileiros em relação à Justiça Restaurativa. O delegado da Ajufe na Bahia e presidente da Ajufba, Saulo Casali Bahia, representou a associação durante a cerimônia de abertura. Também participaram do seminário os juízes federais Kátia Lazarano, Fernão Pompêo, Osmane Antônio dos Santos e Dayse Starling Motta, e o conselheiro do CNJ, Valtércio Ronaldo de Oliveira.



### **Seminário: os 170 anos de Rui Barbosa e os 130 anos da República**

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou, em dezembro de 2019, do "Seminário: os 170 anos de Rui Barbosa e os 130 anos da República". Durante as palestras inaugurais, Jorge Caldera (USP) e Paulo Emílio Borges de Macedo (UFRJ/UERJ) apresentaram os temas "O liberalismo em Rui Barbosa" e "O liberalismo universalista de Rui Barbosa", respectivamente. Na sequência, o presidente da Ajufe, ao lado de outros magistrados e professores, debateu o conteúdo apresentado. Com o apoio da Ajufe, o evento foi promovido em conjunto pela Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), FGV Direito SP - Escola de Direito de São Paulo e Faculdade de Direito da USP.



### XVI Congresso Nacional de Estudos Tributários

Ainda em dezembro de 2019, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou da abertura do XVI Congresso Nacional de Estudos Tributários, promovido pelo Instituto de Brasileiro de Estudos Tributários (IBET), em São Paulo (SP). Durante fala, Mendes abordou o papel da Ajufe na discussão das reformas no Congresso Nacional, particularmente, a Reforma Tributária.

“A Ajufe tem participado ativamente desse debate, inclusive possuímos uma comissão sobre o tema, cuja coordenação é da ministra do STJ, Regina Helena Costa. Esse diálogo entre a academia e a magistratura é muito importante porque podemos contribuir com a visão prática acerca dos impactos de uma reforma no país”, frisou Fernando Mendes. O Congresso foi realizado em dezembro de 2019.



### Debate no CESA sobre juiz das garantias

Em fevereiro de 2020, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou de debate no Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (CESA), em São Paulo (SP), para discutir o projeto que criou a figura do juiz de garantias na magistratura brasileira. Os ex-presidentes do STF Carlos Velloso e Cezar Peluso, e o desembargador federal Paulo Fontes participaram do painel.

Durante a discussão, o presidente da Ajufe avaliou que as medidas discutidas atualmente vão na contramão dos principais problemas do país, que é a questão do custo e da eficácia do sistema penal. A Ajufe foi uma das associações que ingressaram com ação direta de inconstitucionalidade (ADI 6298) contra a figura do juiz de garantias no Supremo Tribunal Federal.



### O Futuro da Segurança Pública no Brasil

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, falou sobre a necessidade de um modelo de justiça penal efetivo durante o evento “O Futuro da Segurança Pública no Brasil”, promovido pela Trevisan Escola de Negócios e o Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE), em São Paulo. Durante sua fala, Mendes abordou a Lei Anticrime, sancionada em dezembro de 2019, e as preocupações da Ajufe quanto ao juiz das garantias com a implantação do instituto conforme a Lei propunha, que exige que a Justiça Federal seja redesenhada. O seminário ocorreu em janeiro de 2020.



### 17º Prêmio Innovare

No início de março de 2020, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou do lançamento da 17ª edição do Prêmio Innovare, iniciativa que reconhece práticas voltadas ao aprimoramento da Justiça. Neste ano, o tema principal será a defesa da liberdade. Outra novidade de 2020 foi a criação da categoria que vai considerar iniciativas relacionadas à área de gestão. Os premiados devem ser conhecidos em dezembro.



### Debate sobre direitos humanos e políticas criminais no STJ

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, o diretor jurídico Marcelo Micheloti, e o ex-presidente da Ajufe, Roberto Veloso, participaram da mostra de painéis “Direitos Humanos e Política Criminal”, promovida pelo Superior Tribunal de Justiça, em março de 2020, em Brasília.



## 2º Curso Nacional Corrupção e os Desafios do Poder Judiciário

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou da cerimônia de abertura do 2º Curso Nacional Corrupção e os Desafios do Poder Judiciário, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, e destinado a 100 magistrados federais, estaduais e eleitorais de todos os estados da Federação. O evento contou com a presença do então corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, do então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, do secretário nacional de Justiça, Vladimir Passos, de ministros do Superior Tribunal de Justiça, do procurador-geral da República, Augusto Aras, do diretor-geral da Enfam, ministro Herman Benjamin, entre outros. O curso ocorreu em março de 2020.



## Webinar Bitributação de Software

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou, em março de 2020, do Webinar Bitributação de Software, evento online organizado pela Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), com apoio da Ajufe. Durante o debate, Fernando Mendes falou sobre a preocupação com a segurança jurídica que o tema acarreta e acaba refletindo no ambiente de negócios. “O que nós temos, na verdade, é uma Constituição Federal que é extremamente analítica e é da era pré-digital, trabalha com conceitos de 1988. A dinâmica e a realidade são muito mais rápidas que o ordenamento jurídico, vivenciamos uma revolução digital e precisamos achar uma maneira de adequar essa questão”, avaliou Mendes.



# Coordenação de Comissões



A Coordenação de Comissões da gestão da Ajufe no biênio 2018-2020 manteve a estrutura dos grupos já existentes, alternando a composição dos membros, e criou novas e importantes comissões para auxiliar a diretoria no momento atual.

Foram criadas a Comissão de Acompanhamento da Reforma da Legislação Penal e Processual Penal, de Acompanhamento da Meta 9 do Conselho Nacional de Justiça, de Defesa da Competência da Justiça Federal, do Projeto de Lei 7735/2017 (FEJUFE), implantação de teletrabalho, entre outras.

O cenário de constantes ataques à independência judicial impôs uma atuação conjunta dos membros das comissões, fomentando uma atividade permanente a fim de auxiliar a Diretoria da Ajufe nos principais temas associativos.

### **Comissão Ajufe Mulheres reúne-se com presidente do TRF 1**

Em junho de 2018, a Comissão AJUFE Mulheres reuniu-se com a Presidência do TRF da 1ª Região para apresentar os trabalhos da Comissão ao presidente Carlos Moreira Alves. Na oportunidade, as juízas federais solicitaram informações sobre a participação feminina na 1ª Região, agradeceram ao presidente do TRF1 o apoio à construção de um “Portal da Mulher”, no âmbito do site eletrônico do Tribunal, bem como noticiaram outras iniciativas já exitosas em outros TRFs, a exemplo da “Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade” instituída pelo TRT da 4ª Região (RS).



### **Comissão AJUFE Mulheres reúne-se com a Presidência do TRF3**

A Comissão AJUFE Mulheres reuniu-se com a Presidência do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região para apresentar seu trabalho à presidente Therezinha Cazerta e tratar de parcerias para realização de eventos conjuntos, incluindo ações de sensibilização para o tema do assédio sexual. A pedido da presidente, foram ainda apresentados dados referentes à 3ª Região, extraídos da pesquisa realizada pela AJUFE visando conhecer o perfil de suas associadas. O encontro ocorreu em junho de 2018.



### **Política de incentivo da participação feminina no Poder Judiciário marca a última sessão ordinária do CNJ presidida pela ministra Cármen Lúcia**

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, e a vice-presidente, da Ajufe na 4ª Região, Patrícia Panasolo, representaram a entidade durante a sessão, em setembro de 2018, que foi marcada pela aprovação de diretrizes em defesa de uma maior participação feminina na sociedade, sua proteção, e o trabalho desenvolvido pelo Poder Judiciário para alcançar tais objetivos. Cármen Lúcia ressaltou a importância da institucionalização de determinadas políticas públicas, principalmente àquelas que dizem respeito a questões afetas à mulher.



### **Frente das Mulheres Magistradas firma compromisso entre 28 associações do país**

Em setembro de 2018, magistradas de todo o país se reuniram, em São Paulo, no Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, para a criação da Frente das Mulheres Magistradas, com a finalidade de discutir a participação feminina no Poder Judiciário e formular uma pauta comum de atuação.

A criação da Frente das Mulheres Magistradas objetiva identificar pontos de convergência entre as entidades de classe da magistratura em favor das suas associadas mulheres e do aumento da sua participação no espaço público, garantindo a autonomia de cada entidade nas suas deliberações sobre o tema, mas estabelecendo um ideal de cooperação e produção de informações de qualidade sobre os itens aprovados na Carta.



### **Comissão Ajufe Mulheres reúne-se com presidente do STF e ministras do TST**

A coordenadora da Comissão Ajufe Mulheres, Tani Wurster e o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, reuniram-se, em março de 2020, com o presidente do STF, ministro Dias Toffoli. No mesmo dia, a presidente do TST, ministra Maria Cristina Peduzzi, primeira mulher a assumir esse cargo no Tribunal, e as ministras Kátia Magalhães Arruda e Delaíde Alves Miranda receberam a visita da Comissão, representada também pela juíza federal Priscilla Corrêa.

Durante as reuniões, foi apresentado o trabalho desenvolvido pela Comissão Ajufe Mulheres e o ministro e as ministras foram convidados a participar do IV Seminário Mulheres no Sistema de Justiça, que ocorreria nos dias 15 e 16 de abril de 2020, em São Paulo, e foi adiado devido à crise do novo coronavírus.



### **Ajufe participa de encontro com o presidente do STF para discutir a participação feminina no Poder Judiciário**

A vice-presidente da Ajufe na 4ª Região, Patrícia Panasolo, participou um encontro com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. A pauta da reunião, que ocorreu em outubro de 2018, foi a participação feminina na magistratura, diante da Resolução n 255 do CNJ, que instituiu a política nacional de incentivo à participação feminina no poder judiciário e criou um grupo de trabalho para elaborar estudos, analisar cenários e eventos de capacitação e diálogo com os tribunais a fim de incentivar a participação das mulheres no Poder Judiciário.



### **Associados integram Comissão que elabora anteprojeto de reforma à Lei de Drogas**

Ex-diretores e membros da Ajufe fazem parte da Comissão de Juristas para a reforma e Atualização da Lei de drogas. O presidente da Comissão, ministro Marcelo Navarro, o vice-presidente, ministro Rogério Schietti, o relator, desembargador Ney Bello Filho do TRF1, e o ex-presidente da Ajufe, Walter Nunes, integram o grupo. Entre as principais propostas, o texto descriminaliza o uso de drogas. A ideia é que o porte de até dez doses de entorpecentes não seja considerado crime. O tamanho de cada dose será definido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).



### **Nota Técnica sobre a participação feminina na Magistratura Federal**

No Dia Internacional da Mulher de 2019, a Comissão AJUFE Mulheres apresentou sua segunda Nota Técnica, que analisa a participação feminina em diversas etapas da carreira da Magistratura Federal desde as inscrições nos concursos de ingresso, até promoções para os Tribunais, passando por convocações e composição de bancas de concurso. A nota foi elaborada a partir de dados enviados pelos cinco Tribunais Regionais Federais ao Conselho da Justiça Federal, atendendo a um requerimento formulado pela Ajufe. As informações prestadas pelos Tribunais foram analisadas pela pesquisadora Veridiana Campos, doutora em Sociologia, cujo relatório subsidiou as proposições da Comissão.



## Conheça as Comissões existentes na Ajufe:

### COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

COORDENADOR: WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR

Integrantes: Adriana Barretto de Carvalho Rizzotto, Alessandro Diaferia, Alexandre Libonati de Abreu, André Prado Vasconcelos, André Wasilewski Duszczak, Arnaldo Pereira de Andrade Segundo, Bruno Cezar da Cunha Teixeira, Carolline Scofield Amaral, Cristina de Albuquerque Vieira, Débora Valle de Brito, Etiene Coelho Martins, Fábio Moreira Ramiro, Fábio Rubem David Müzel, Fausto Martin De Sanctis, Fernando Braga Damasceno, Flávio da Silva Andrade, Gustavo Chies Cignachi, Gustavo Pontes Mazzocchi, Ian Legay Vermelho, Marcello Ferreira de Souza Granado, Márcia Souza e Silva de Oliveira Fernandes, Márcio Antônio Rocha, Marllon Sousa, Miguel Florestano Neto, Nino Oliveira Toldo, Rafael Chalegre do Rêgo Barros, Roberto Carvalho Veloso, Sílvia Melo da Matta, Simone dos Santos Lemos Fernandes

### COMISSÃO DE DEFESA DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

COORDENADORES: CARLOS EDUARDO DELGADO E FLÁVIO OLIVEIRA LUCAS

Integrantes: 1ª Região: Fábio Moreira Ramiro e João Carlos Mayer Soares; 2ª Região: Alcides Martins Ribeiro Filho e Alberto Nogueira; 3ª Região: Nino Oliveira Toldo e Ana Lucia Petri Betto; 4ª Região: Marize Cecília Winkler e Nórton Luís Benites; e 5ª Região: Rafael Chalegre do Rêgo Barros e André Luiz Cavalcanti Silveira.

### COMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSES DOS ASSOCIADOS JUNTO AO FUNPESP-JUD

COORDENADOR: JÚLIO RODRIGUES COELHO NETO

Integrantes: Diretores da Ajufe: Aline Alves de Melo Miranda Araújo; Carolline Scofield Amaral; Marcelo Adriano Micheloti e Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves. 1ª Região: Ivanir César Ireno Júnior e Rodrigo

de Godoy Mendes; 2ª Região: Américo Bedê Freire Júnior e Karla Nanci Grando; 3ª Região: Fernando Cezar Carrusca Vieira e Taís Vargas Ferracini de Campos Gurgel; 4ª Região: Antônio César Bochenek e Fernando Zandoná; e 5ª Região: Leopoldo Fontenele Teixeira e Tarcísio Barros Borges.

### COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

COORDENADOR: ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO

Integrantes: Vice-Presidente da 1ª Região: Newton Pereira Ramos Neto; Vice-Presidente da 2ª Região: Flávio Oliveira Lucas; Vice-Presidente da 3ª Região: Carlos Eduardo Delgado; Vice-Presidente da 4ª Região: Patrícia Helena Daher Lopes Panasolo; Vice-Presidente da 5ª Região: Júlio Rodrigues Coelho Neto; Secretário-Geral: Rodrigo Machado Coutinho; Primeiro secretário: Eduardo André Brandão de Brito Fernandes; Diretor de Assuntos Legislativos: Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves; Composição por Região - 1ª Região: Alexandre Ferreira Infante Vieira e Cleberon José Rocha; 2ª Região: Fábio de Souza Silva e Marcelo Leonardo Tavares; 3ª Região: Décio Gabriel Gimenez e Otávio Henrique Martins Port; 4ª Região: Amanda Gonçalves Stoppa e Roberto Fernandes Júnior; 5ª Região: Flávio Roberto Ferreira de Lima e Leopoldo Fontenele Teixeira.

### COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROJETO DE LEI Nº 7.735/2017

COORDENADORA: CLARA DA MOTA SANTOS PIMENTA ALVES

Integrantes: Celso Araújo Santos, Débora Valle de Brito, Guilherme Bacelar Patrício Assis, Luciano Mendonça Fontoura, Madja de Sousa Moura Florencio, Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves, Newton Pereira Ramos Neto, Paulo André Espírito Santo Bonfadini, Rafael Andrade de Margalho e Rafael Wolff.

### COMISSÃO DE DIREITO SOCIOAMBIENTAL

COORDENADORA: VERA LUCIA ROCHA SOUZA JUCOVSKY

Integrantes: Carlos Geraldo Teixeira, Ilan Presser, Ivorí Luis da Silva Scheffer, Leonardo Hernandez Santos Soares, Mara Elisa Andrade, Maria Isabel Pezzi Klein, Mário de Paula Franco Júnior, Polyana Falcão Brito, Roberto Lemos dos Santos Filho, Rogério Volpatti Polezze, Sílvia Regina Salau Brollo, Tiago do Carmo Martins, Vicente de Paula Ataíde Junior e Vladimir Passos de Freitas.

### COMISSÃO PARA A CRIAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

COORDENADOR: MARCELO ADRIANO MICHELOTI

Integrantes: Aline Alves de Melo Miranda Araújo, Frederico José Pinto de Azevedo, Ilan Presser, Ivorí Luis da Silva Scheffer, Leonardo Hernandez Santos Soares, Otávio Henrique Martins Port, Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves e Sandra Meirim Chalu Barbosa de Campos.

### COMISSÃO DE DIREITO AERONÁUTICO

COORDENADORA: CAROLLINE SCOFIELD AMARAL

Integrantes: Adriana Freisleben de Zanetti, Alessandro Diaferia, Alexandre Vidigal de Oliveira, Carolina Castro Costa Viegas, Claudia Valeria Bastos Fernandes Domingues de Mello, Joaquim Lustosa Filho, Kátia Balbino de Carvalho Ferreira, Marcelo De Nardi e Marcelo Honorato.

### COMISSÃO AJUFE MULHERES

COORDENADORA: TANI MARIA WURSTER

Coordenadoras-Regionais: 1ª Região: Maria Cândida Carvalho Monteiro de Almeida; 2ª Região: Sandra Meirim Chalu Barbosa de Campos; 3ª Região: Gabriela Azevedo Campos Sales; 4ª Região: Carla Fernanda Fritsch Martins; 5ª Região: Camila Monteiro Pulin.

Integrantes: Adriana Barreto de Carvalho

## Relatório de Gestão Ajufe - Biênio 2018-2020

Rizzotto, Alessandra Gomes Faria Baldini, Camila Monteiro Pullin Milan, Carla Fernanda Fritsch Martins, Célia Regina Ody Bernardes, Clara da Mota Santos Pimenta Alves, Daniele Maranhão Costa, Gabriela Azevedo Campos Sales, Luciana Mayumi Sakuma, Madja de Sousa Moura Florencio, Mara Lina Silva do Carmo, Marcelle Ragazoni Carvalho, Maria Cândida Carvalho Monteiro de Almeida, Maria Isabel Pezzi Klein, Marília Ivo Neves, Monique Marchioli Leite, Natália Luchini, Patrícia Helena Daher Lopes Panasolo, Priscilla Pereira da Costa Corrêa, Polyana Falcão Brito, Raquel Coelho Dal Rio Silveira, Roger Raupp Rios, Sandra Meirim Chalu Barbosa de Campos, Sylvia Marlene de Castro Figueiredo, Tani Maria Wurster e Vanessa Curti Perenha Gasques.

### COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO (CONATRAE)

COORDENADOR: CARLOS HENRIQUE BORLIDO HADDAD

Integrante: Carlos Henrique Borlido Haddad.

### COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO JULGAMENTO DA ADI 5017

COORDENADOR: RICARDO MACHADO RABELO

Integrantes: Antônio César Bochenek; Anderson Furlan Freire da Silva; Jaiza Maria Pinto Fraxe e Saulo José Casali Bahia.

### COMISSÃO PERMANENTE DE REFORMA DA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL CIVIL

COORDENADOR: ALUÍSIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

Integrantes: Alberto Nogueira Júnior; Eduardo José da Fonseca Costa; Élio Wanderley de Siqueira Filho; Frederico Augusto Leopoldino Koehler; Ivori Luis da Silva Scheffer; Jorge Luiz Ledur Brito; Lincoln Rodrigues de Faria; Marcelo Lelis de Aguiar; Márcio Flávio Mafra Leal; Newton Pereira Ramos Neto; Odilon Romano Neto; Oscar Valente Cardoso; Rafael Martins Costa Moreira; Rogério Roberto Gonçalves de Abreu; Sérgio Renato Tejada Garcia; Vânia Cardoso André de Moraes e Vicente de Paula Ataíde Junior.

### COMISSÃO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

COORDENADOR: ANDERSON FURLAN

Integrantes: Bruno Augusto Santos de Oliveira; Clenio Jair Schulze; Décio Gabriel Gimenez; Edilberto Barbosa Clementino; Eduardo André Brandão de Brito Fernandes; Frederico José Pinto de Azevedo; José Denilson Branco; José Marcos Lunardelli; Leonardo Resende Martins; Marco Bruno Miranda Clementino; Nórton Luís Benites; Sidmar Dias Martins e Vilian Bollmann.

### COMISSÃO DE ESTUDOS DA AJUFE PARA O ESTATUTO DA MAGISTRATURA

COORDENADOR: FERNANDO MARCELO MENDES

Integrantes: Augusto Martinez Perez; Alexandre Henry Alves; Bruno Leonardo Câmara Carrá; Carlos Eduardo Delgado; Cristiane Farias Rodrigues dos Santos; Décio Gabriel Gimenez; Fernando Cesar Baptista de Mattos; Fernando Moreira Gonçalves; Gabriela Azevedo Campos Sales; Gustavo Pontes Mazzocchi; Ivo Anselmo Hohn Junior; João Paulo Pirôpo de Abreu; Mairan Gonçalves Maia Junior; Marcelo Lelis de Aguiar; Marco Bruno Miranda Clementino; Marcos Silva Rosa; Nino Oliveira Toldo; Roberto Wanderley Nogueira e Vilian Bollmann.

### COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

COORDENADOR: ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO

Integrantes: César Jatahy Fonseca; Jucelio Fleury Neto; Patrício de Assis; Marcello Enes Figueira; Victor Roberto Corrêa de Souza; Alexandre da Silva Arruda; Cristiane Farias Rodrigues dos Santos; Otávio Henrique Martins Port; Silvio César Arouck Gemaque; João Batista Lazzari; Ivori Luis da Silva Scheffer; Leonardo Cacau Santos La Bradbury; Flávio Roberto Ferreira de Lima; Jorge Luís Girão Barreto e Cláudio Kitner.

### COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REFORMA DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARA DEFESA DA PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL NA JUSTIÇA ELEITORAL

COORDENADOR: RONIVON DE ARAGÃO

Integrantes:

I. TRF da 1ª Região: Alexandre Vidigal de Oliveira; André Prado de Vasconcelos; Daniel Santos Rocha Sobral; Dimis da Costa Braga; Ivanir César Ireno Júnior; Leonardo Hernandez Santos Soares; Leonardo Tocchetto Pauperio; Newton Pereira Ramos Neto; Pedro Francisco da Silva e Roberto Carvalho Veloso.

II. TRF da 2ª Região: Caio Márcio Gutterres Taranto; Helena Elias Pinto e Marcelo da Rocha Rosado.

III. TRF da 3ª Região: Bruno César Lorencini; Fernando Marcelo Mendes; Mairan Gonçalves Maia Júnior; Raphael José de Oliveira Silva; Raquel Coelho Dal Rio Silveira e Ricardo Damasceno de Almeida.

IV. TRF da 4ª Região: Antônio César Bochenek (vice-coordenador); Frederico Valdez Pereira; Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves; Paulo Sérgio Ribeiro e Vera Lúcia Feil Ponciano.

V. TRF da 5ª Região: André Luís Maia Tobias Granja; Cid Marconi Gurgel de Souza; José Maximiliano Machado Cavalcanti; Manuel Maia de Vasconcelos Neto e Ronivon de Aragão (coordenador).

### COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DE PRERROGATIVAS DA AJUFE

DIRETORA DE PRERROGATIVAS: MONIQUE MARCHIOLI

Integrantes: Newton Ramos, Vice-presidente da 1ª Região, Flávio Lucas, Vice-presidente da 2ª Região, Carlos Delgado, Vice-presidente da 3ª Região, Patrícia Panasolo, Vice-presidente da 4ª Região, Júlio Coelho, Vice-presidente da 5ª Região, e Marcelo Micheloti, Diretor de Assuntos Jurídicos.

**COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA  
IMPLEMENTAÇÃO DA META 9 DO CONSELHO  
NACIONAL DE JUSTIÇA**

COORDENADORA: CLARA DA MOTA SANTOS  
PIMENTA ALVES

Integrantes: 1ª Região: Leonardo Hernandez Santos Soares; Mara Lina Silva do Carmo; Mônica Jacqueline Sifuentes; e Pedro Felipe de Oliveira Santos. 2ª Região: Alexandre Libonati de Abreu; Carmen Silvia Lima de Arruda; Cristiane Conde Chmatalik; Luciana Cunha Villar; e Priscilla Pereira da Costa Corrêa. 3ª Região: Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni e Natália Luchini. 4ª Região: Catarina Volkart Pinto; Maria Isabel Pezzi Klein; Patrícia Helena Daher Lopes Panasolo; Rodrigo Kravetz; e Stephanie Uille Gomes. 5ª Região: Antônio José de Carvalho Araújo; Liz Corrêa de Azevedo; George Marmelstein Lima; e Polyana Falcão Brito.

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA  
REFORMA TRIBUTÁRIA**

COORDENADORA: MINISTRA REGINA HELENA COSTA

VICE-COORDENADOR: CARLOS EDUARDO DELGADO

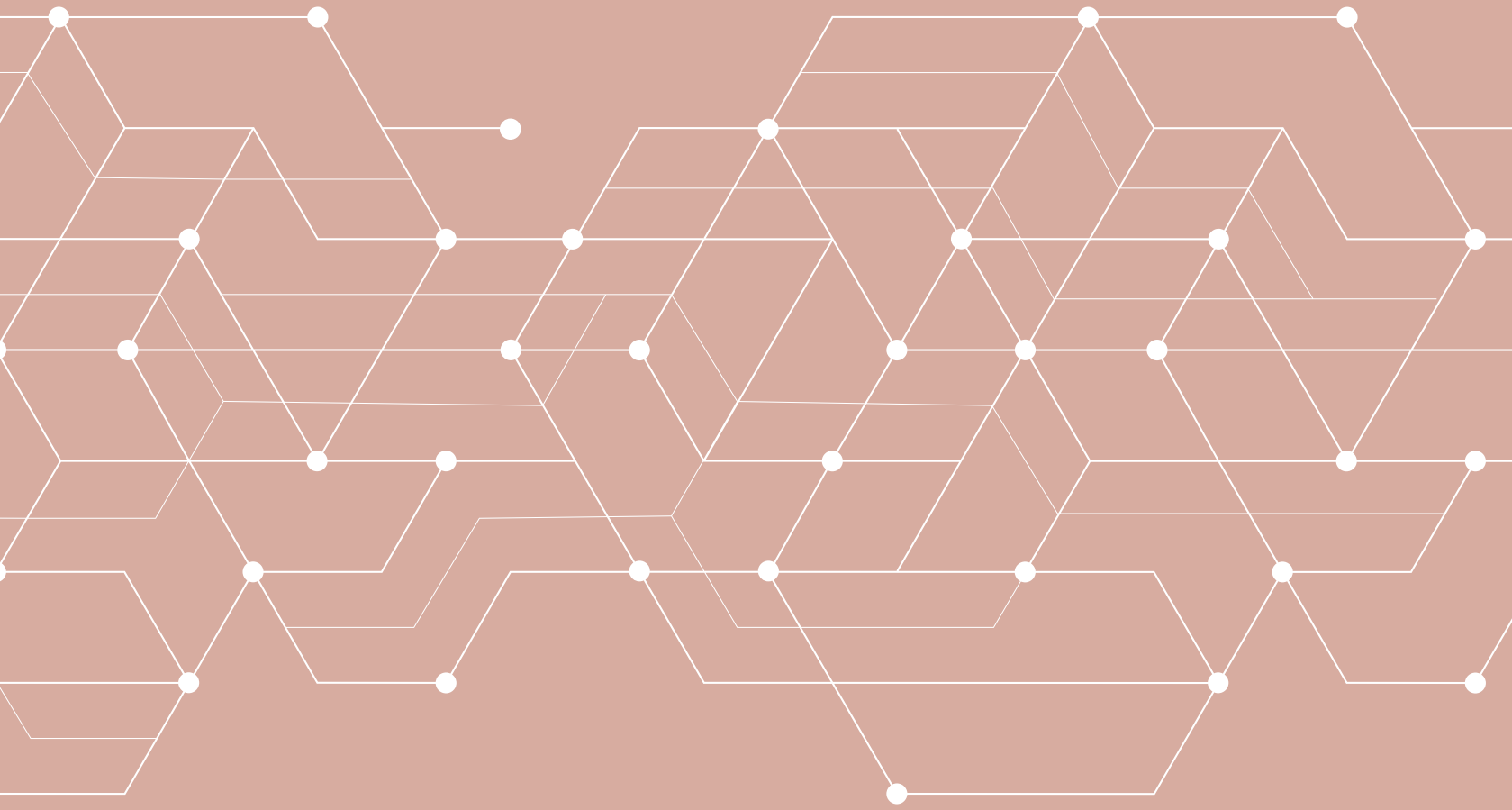
Integrantes: 1ª Região: Marcos Augusto de Sousa; Cristiane Miranda Botelho; e Leonardo Buissa Freitas. 2ª Região: Theophilo Antonio Miguel Filho; Frana Elizabeth Mendes; e Mauro Luis Rocha Lopes. 3ª Região: Paulo Sérgio Domingues; Vera Lucia Rocha Souza Jucovsky; e Renato Lopes Becho. 4ª Região: Alexandre Rossato da Silva Ávila; Andrei Pitten Velloso; e Roberto Fernandes Júnior. 5ª Região: André Dias Fernandes; Bianor Arruda Bezerra Neto; e Francisco Glauber Pessoa Alves.

**COMISSÃO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE  
TELETRABALHO POR MAGISTRADOS**

COORDENADOR: FREDERICO JOSÉ  
PINTO DE AZEVEDO

Integrantes: 1ª Região: Rosilene Maria Clemente de Souza Ferreira; 2ª Região: Marcelo da Rocha Rosado; 3ª Região: Marcelle Ragazoni Carvalho Ferreira; 4ª Região: Gustavo Chies Cignachi; e 5ª Região: Marcos Antonio Mendes de Araújo Filho.

# Comunicação



Investindo nos canais de comunicação e interação com o público e a imprensa, a diretoria no Biênio 2018-2020 alcançou grandes marcas e um excelente posicionamento na mídia. No período, a Ajufe foi citada em mais de 3.500 reportagens de texto, vídeo, áudio e internet.

A comunicação interna manteve a divulgação de informativos, publicações e canais nas redes sociais, sempre atualizados, investindo, cada vez mais, em projetos virtuais, colaborando com o meio ambiente e redução de despesas com papel, além de ampliar a relevância e notoriedade da Associação a um público ainda maior.

Dentre os destaques tem-se a criação da Lista de Transmissão de Notícias por Whatsapp, Livro Conhecendo as Juízas Federais, revistas dos Fóruns, cartilha da Reforma da Previdência, lives e webinars, entre outros.

A equipe de Comunicação da Ajufe, mantida desde junho de 2017, continuou registrando significativo aumento de seguidores nas redes sociais da Associação. De junho de 2018 ao primeiro semestre de 2020, o Twitter da Ajufe registrou mais de 10 mil novos seguidores, alcançando a marca de 34 mil pessoas que acompanham diariamente o trabalho associativo.

Já o Facebook, apesar de ter apresentado no mundo todo uma redução de usuários, registrou um alcance orgânico médio significativo de 5.675 pessoas por publicação.

No Instagram, que registrou aumento de 60% no total de usuários em 2019, a conta da Ajufe passou de 5,3 mil seguidores para 9,4 mil, com destaque para o número de visitantes no perfil que subiu de 145 para 630, com picos de 1310 visitas em uma semana.

### Diagnóstico (Redes Sociais)



### Diagnóstico (Redes Sociais)



### Diagnóstico (Redes Sociais)



### Indicadores de resultados



- Aumento de seguidores orgânicos (não-pagos) nas redes sociais
- Aumento de visitas ao site da Ajufe
- Aumento do posicionamento de marca (redes sociais e mídia)
- Aumento de parcerias com a imprensa

Investindo também em audiovisual, a comunicação durante a gestão do biênio 2018-2020 criou o Documentário Justiça Federal e Cultura e continuou investindo em divulgação por vídeos no Youtube, no canal TVAJUFE, possibilitando também a realização virtual da 3ª Semana da Consciência Negra.

A ação demonstrou crescimento expressivo no Youtube que, nesse biênio, alcançou a marca de 1 milhão de impressões e quase 1500 novas pessoas inscritas. O tempo de exibição dos vídeos aumentou em 23%, chegando a quase 100 mil visualizações do canal.



## Novos seguidores

A equipe de Comunicação da Ajufe registrou significativo aumento de seguidores nas redes sociais da Associação. Em 2018, a Ajufe contava com 5,2 mil seguidores no Instagram e passou para quase 9,5 mil seguidores em 2020. Outra rede social que apresentou relevante crescimento foi o Twitter, passando de 22,8 mil para mais de 34 mil seguidores.



## Interação

Pensando em sempre alcançar os associados com as notícias de maneira mais rápida e eficiente, foi criada a lista de transmissão do Whatsapp. Assim, todos os associados que demonstraram o interesse em receber as principais notícias da Ajufe em seus aparelhos celulares aderiram à proposta.



## Conhecendo as Juízas Federais

Por meio de uma série de entrevistas divulgadas no site e nas redes sociais da Ajufe, a Ajufe e a Comissão AJUFE Mulheres apresentaram histórias de magistradas federais, que destacam suas atuações mais relevantes, dificuldades encontradas ao longo da carreira, agravadas ou não pelas questões de gênero, e as experiências singulares do exercício da Magistratura Federal. O resultado proporcionou a criação do Livro Conhecendo as Juízas Federais Volume 1, com 12 entrevistadas, e a continuação no volume 2 com mais entrevistadas. A nova série de entrevistas já está disponível em [www.ajufe.org.br](http://www.ajufe.org.br).

### Volume 1

12 entrevistadas

Número de pessoas alcançadas:  
mais de 76 mil (76.665)

Engajamento das postagens:  
Quase 7 mil (6.862)

## Publicações

Ainda na seara da comunicação, a diretoria do biênio 2018-2020 deu continuidade ao projeto de divulgação de trabalhos artísticos, culturais e acadêmicos de seus associados. Além de dar publicidade aos estudos, relatórios e notas técnicas relacionadas aos mais variados temas de interesse da sociedade e da Magistratura Federal como um todo.

### Revista Direito Federal – número 97

Com periodicidade de publicação a cada dois anos, a Revista de Direito Federal conta com contribuições inovadoras, voltadas ao fortalecimento do Judiciário e melhoria da prestação jurisdicional. A publicação também estreita os laços da Ajufe com a academia, ao refletir sobre os avanços e retrocessos vivenciados, e difundir as conclusões emanadas dos fóruns de discussão realizados pela Ajufe todos os anos.

Além do formato impresso, a Ajufe também disponibiliza o conteúdo da Revista Direito Federal pela internet.



Aponte o smartphone ao QRCode e baixe a obra!

### Livro Conhecendo as Juízas Federais – Volume 1

Em abril de 2019 ocorreu o lançamento do livro "Conhecendo as Juízas Federais", durante o 3º Seminário Mulheres no Sistema de Justiça. O projeto da Comissão AJUFE Mulheres reúne entrevistas de magistradas federais que falam sobre carreira, dificuldades enfrentadas, questões de gênero, e também aspectos de suas vidas pessoais.

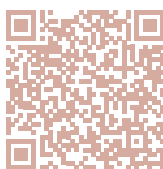


Aponte o smartphone ao QRCode e baixe a obra!

### Revista de Cultura Ajufe - nº 13

A Revista de Cultura da Ajufe (nº 13), totalmente digital, mostrou o lado, muitas vezes oculto, dos nossos talentosos (as) magistrados (as). A publicação oferece uma pausa no cotidiano para apresentar expressões artísticas dos associados e colaboradores da Ajufe.

A Revista nº 13, está recheada com poemas, contos, Rap, MPB, fotografias e muito mais. São talentos da Justiça Federal, que mostram seus dons musicais, poéticos, em versos e até em fotografias.



Aponte o smartphone ao  
QRCode e baixe a obra!

### Informativo de agosto de 2018

A 39ª edição do Informativo da Ajufe apresentou uma grande matéria de capa sobre os Centros de Inteligência da Justiça Federal, além de trazer também as últimas atividades realizadas pela Ajufe no segundo trimestre de 2018.



Aponte o smartphone ao  
QRCode e baixe a obra!

### Informativo de janeiro de 2019

A edição número 40 do Informativo Ajufe divulgou os principais fatos ocorridos no período entre os meses de agosto de 2018 e janeiro de 2019 relacionados ao trabalho associativo da Ajufe. Nesta edição, foram apresentados os dados que classificam a Justiça Federal como superavitária, além das pautas do Congresso Nacional, de assuntos abordados durante os fóruns da Associação, e outros temas.



Aponte o smartphone ao  
QRCode e baixe a obra!

## Informativo AJUFE Comissão Eleitoral

Em maio de 2019 foi lançado o Informativo AJUFE Comissão Eleitoral, um apanhado sobre o trabalho desempenhado pela Comissão Eleitoral, criada pela Ajufe em 2010. O objetivo da publicação foi o estabelecimento de uma agenda positiva com a proposta de uma maior participação de juízes federais na Justiça Eleitoral, como forma proporcionar um reforço estrutural desse ramo especializado de Justiça.



Aponte o smartphone ao  
QRCode e baixe a obra!

## Revista Fonacre

Durante a realização do 3º Fórum Nacional da Concorrência e da Regulação (FONACRE) ocorreu o lançamento do livro "Poder Judiciário, Concorrência e Regulação - estudos sobre o Fonacre". A obra reuniu artigos de magistrados e advogados sobre o Fórum.



Aponte o smartphone ao  
QRCode e baixe a obra!

## Informativo de dezembro de 2019

O Informativo nº 41 divulgou os principais fatos ocorridos no período entre os meses de fevereiro e dezembro de 2019, relacionados ao trabalho associativo da Ajufe. A capa do Informativo trouxe, ainda, o lado inovador da Justiça Federal, ressaltando seu olhar para o futuro.



Aponte o smartphone ao  
QRCode e baixe a obra!

## Nota Técnica AJUFE Mulheres 2/2019

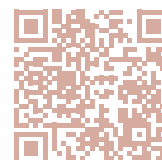
Em 2019, a Comissão AJUFE Mulheres deu continuidade ao estudo iniciado em 2017 com a publicação da Nota Técnica nº 2. O objetivo foi consolidar os dados relativos à participação feminina na Magistratura Federal apresentando perguntas acerca da situação funcional das juízas em variadas etapas, do concurso para ingresso à sua aposentadoria.



Aponte o smartphone ao QRCode e baixe a obra!

## Informativo COVID-19

Em março de 2020, durante o período da pandemia mundial do novo coronavírus (COVID-19), a Ajufe mostrou o trabalho desempenhado pela Justiça Federal com a criação do informativo sobre as atividades desempenhadas pelo Judiciário, com mais de seis boletins com as notícias dos cinco TRFs compiladas.



Aponte o smartphone ao QRCode e veja os informativos.

## Ajufe na WEB

Em decorrência da pandemia, e necessidade de isolamento social, a Ajufe inovou e realizou debates em seus canais do Youtube, Instagram e Facebook.

**O trabalho durante a COVID-19** - A Ajufe, em parceria com as associações regionais, divulgou o trabalho de magistrados e servidores, mostrando também as dificuldades e desafios enfrentados com a adoção do teletrabalho. Foi realizado também dois bate-papos no Instagram, por meio do IGTV, para destacar o trabalho jurisdicional, com o presidente da Ajufesp, Otávio Port, e com a presidente da Ajems, Monique Marchioli.

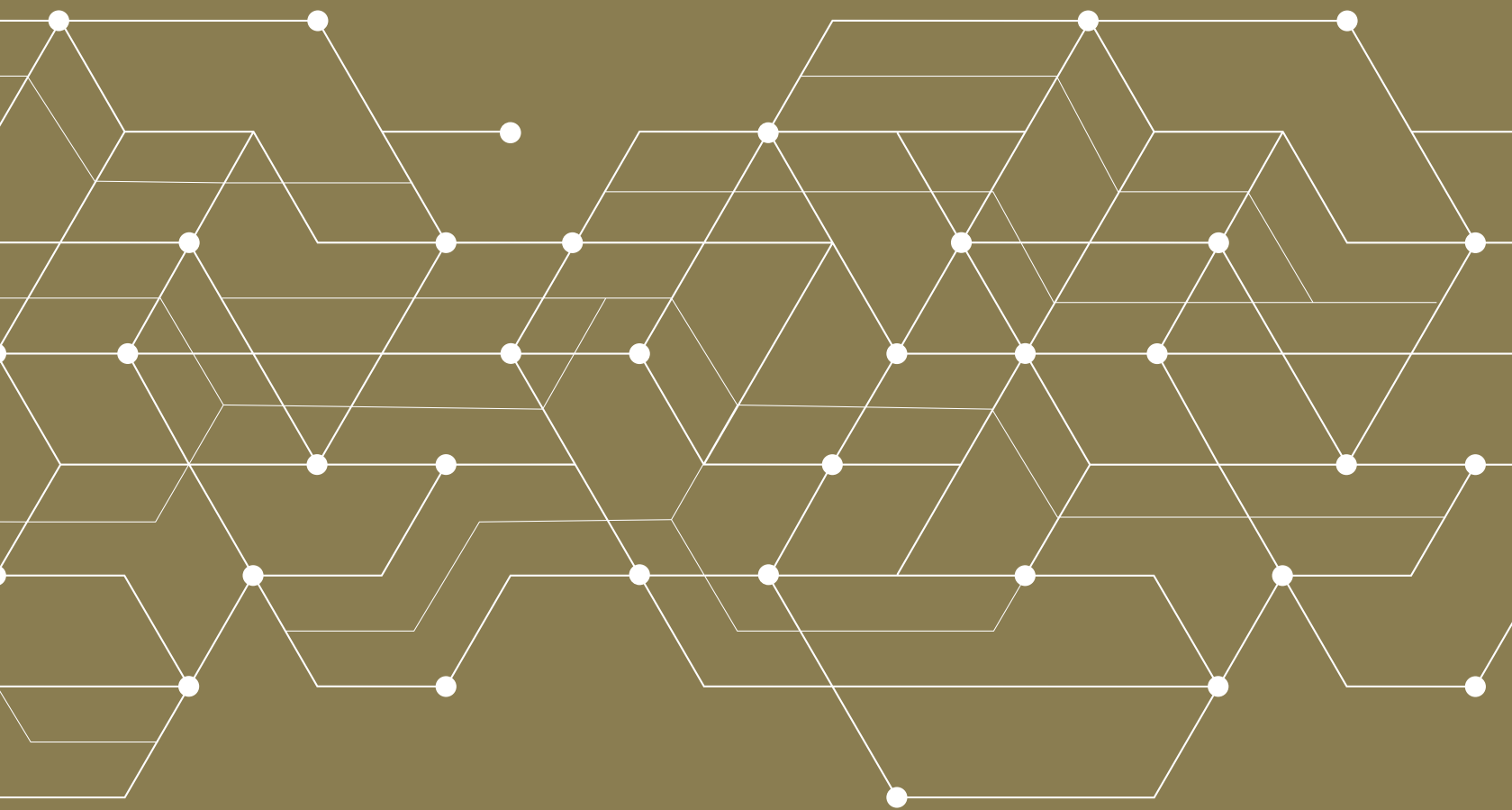
**Sistema Federal de Justiça no combate ao novo coronavírus** - O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, conversou com o então Advogado-Geral da União, André Luiz Mendonça, sobre o papel do Sistema Federal de Justiça no combate ao novo coronavírus. O debate foi sobre as diversas decisões relacionadas ao contingenciamento e destinação de recursos de penas para compra de equipamentos médicos para superar a pandemia de Covid-19.

**Trajetórias compartilhadas** - O diretor cultural da Ajufe, Ilan Presser, conversou com o professor e escritor William Douglas sobre concurso, carreira e dia a dia da magistratura. Dando continuidade ao projeto, o magistrado ainda bateu um papo com o filósofo e escritor, Mário Cortella, sobre a magistratura e inteligência emocional no contexto da pandemia.

**Medidas cautelares em tempos de COVID-19** - O debate na internet continuou com a live "Cautelares pessoais no processo penal em tempos de COVID-19". A conversa contou com a participação da juíza federal Adriana Cruz, da desembargadora federal Leticia De Santis Mello e do ministro do STJ, Rogério Schietti.



# Concursos e Prêmios



Visando o reconhecimento das boas práticas e a valorização de boas ideias dos magistrados federais e colaboradores em geral do sistema de justiça, a atual diretoria manteve as premiações já conhecidas, como o Prêmio Ajufe Boas Práticas de Gestão, o Concurso do Calendário da Ajufe, e criou o Prêmio Equidade de Gênero no Sistema de Justiça.

Já para o Calendário da Ajufe de 2019, a Diretoria apostou em um concurso de desenho, que envolveu os filhos dos magistrados associados e colaboradores.

## Boas Práticas

A gestão da Ajufe no biênio 2018-2020 realizou a quarta edição do Prêmio Boas Práticas, que tem o objetivo de identificar, valorizar e disseminar as experiências exitosas realizadas na Justiça Federal, além de estimular participação e eficiência no Poder Judiciário diante da difusão dessas medidas. A novidade dessa última edição foi que, além das quatro categorias tradicionais, foi criada a categoria especial, que selecionou práticas relacionadas à implementação dos ODS (Objetivos para Desenvolvimento Sustentável), agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.



## 3º Concurso de Desenhos da AJUFE

Em edital aberto em setembro de 2018, a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) convidou meninas e meninos de 5 a 12 anos de idade, filhos ou netos de associados e filhos de funcionários da entidade, a participar do 3º Concurso de Desenho da Ajufe, com a temática "As Tradições Regionais Brasileiras pelo olhar das crianças - lendas, folclore, costumes e hábitos". No concurso, a Associação recebeu 31 desenhos, divididos em duas categorias: categoria A (5 a 8 anos) e categoria B (9 a 12 anos). Desse total, doze foram selecionados por uma Comissão Julgadora e ilustraram o Calendário Ajufe 2019.



## Prêmio Equidade de Gênero no Sistema de Justiça

Em fevereiro de 2019, a Ajufe, ao lado da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), promoveu o 1º Prêmio Equidade de Gênero no Sistema de Justiça. O objetivo da premiação foi selecionar casos de sucesso e premiar práticas institucionais bem sucedidas em matéria de equidade de gênero no sistema de justiça e demais instituições públicas. O prêmio foi entregue durante o III Seminário Mulheres no sistema de Justiça: Trajetórias e Desafios.



## Prêmio Innovare

De 2018 a 2020, a Ajufe deu continuidade à parceria ao Prêmio Innovare, criado em 2004. A premiação é uma das mais importantes da Justiça brasileira e procura valorizar práticas que tragam soluções aos desafios enfrentados no Sistema Judiciário. Em 2018, 645 práticas foram inscritas. Dentre os vencedores da edição, destaca-se o projeto Voto Legal, de iniciativa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), do qual a Ajufe faz parte. Já em 2019 foram 617 práticas inscritas. Nesta edição, a Justiça Federal foi finalista com o projeto “Passando o martelo adiante: sucessão de juízes em litígios de alta complexidade e gestão da transição”, de autoria dos magistrados Cíntia Menezes Brunetta e Leonardo Resende Martins.



## Prêmio ABEU

A obra “Direitos Sexuais e Direito de Família em Perspectiva Queer” do desembargador federal Roger Raupp Rios (TRF4) foi agraciada com o primeiro lugar na categoria ciências sociais aplicadas, da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), que congrega as publicações das editoras universitárias do Brasil em 2018.



## Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos

A juíza federal Priscilla Corrêa, coordenadora do Centro Local de Inteligência da Seção Judiciária do Rio de Janeiro e membro da Comissão Ajufe Mulheres, conquistou o 3º lugar na 7ª Edição do Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos, promovido pela AMAERJ – Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, em novembro de 2018. Priscilla Corrêa foi contemplada na categoria Trabalhos dos Magistrados, com o artigo Excesso de Litigância e Demandas Repetitivas: Um desafio para a efetivação da cidadania pelo Judiciário Brasileiro.



### Conciliar é Legal

A 10ª edição do Prêmio Conciliar é Legal, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, consagrou a Justiça Federal como vencedora em quatro categorias, contabilizando cinco prêmios ao todo, três para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) e, respectivamente, um para o Tribunal Regional da 4ª Região (TRF4) e outro para o Tribunal Regional da 5ª Região (TRF5).







# UFE

Juizes Federais do Brasil



